



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA DE GOIÁS
(ESEFFEGO)
EDUCAÇÃO FÍSICA

KATIANNY SANTANA LÚCIO DA COSTA

**Análise da Concepção de Trabalho Pedagógico Institucional do Professor de Educação
Física no Programa SEDUC em Ação – Portal NetEscola**

GOIÂNIA

2022

KATIANNY SANTANA LÚCIO DA COSTA

Análise da Concepção de Trabalho Pedagógico Institucional do Professor de Educação Física no Programa SEDUC em Ação – Portal NetEscola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na forma de monografia, como requisito parcial para integralização curricular do curso de Licenciatura em Educação Física, pela Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás (ESEFFEGO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), sob a orientação do Professor: Dr. Alcio Crisostomo Magalhães.

GOIÂNIA

2022

KATIANNY SANTANA LÚCIO DA COSTA

Análise da Concepção de Trabalho Pedagógico Institucional do Professor de Educação Física no Programa SEDUC em Ação – Portal NetEscola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação Física, pela Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás (ESEFFEGO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Cidade, 29 de agosto de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcio Crisostomo Magalhães

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Prof. Dr. Gabriel Carvalho Bungenstab

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Prof. Dr. Rodrigo Roncato Marques Anes

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

Ao professor orientador, Álcio, que durante quase 12 meses me acompanhou pontualmente, dando todo o suporte, auxílio e sabedoria necessária para a elaboração da pesquisa.

Aos professores do curso de Licenciatura em Educação Física que através dos seus ensinamentos permitiram que eu pudesse hoje estar concluindo este trabalho.

A todos que participaram da pesquisa, pela colaboração e disposição no processo de obtenção de dados e melhoria do trabalho.

A minha mãe, Elaine Santana Lúcio, que me incentivou a cada momento e que com suas doces palavras de sabedoria, abrigo e calma não permitiu que eu desistisse.

As minhas irmãs, Katielly e Karine, que me incentivaram a cada momento e não permitiram que eu desistisse.

Ao meu namorado, João, que me incentivou a cada momento e não permitiu que eu desistisse.

Aos meus amigos e futuros colegas de profissão, pelo incentivo e pelas palavras de confiança.

E por fim, agradeço a Deus por ter me guiado durante todo o processo e me dado forças para alcançar esse tão sonhado objetivo em minha vida, a Graduação.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal lócus de investigação a Educação Física do Ensino Médio, mediada por plataformas digitais advindo do contexto de pandemia em decorrência da proliferação do novo vírus (Sars-Cov-2) na sociedade. Essa afirmação se torna norteadora para tecermos a presente pesquisa, uma vez que a Educação Física como componente curricular no âmbito escolar, possui uma singularidade em relação as demais, a sua organização pedagógica se caracteriza pelos seus componentes teóricos e práticos na sua essência onde a Concepção do Trabalho Pedagógico sempre é posto em xeque, ainda mais neste nível de ensino, o da juventude, mas agora, como isto se complexifica na particularidade do trabalho dos professores de Educação Física que de um momento a outro necessitam problematizar os elementos da Cultura Corporal por meio das plataformas de Ensino Remoto. Assim, para o desenvolvimento da pesquisa, o objeto de estudo propriamente dito da mesma permeia na tentativa de compreender a relação entre a concepção do Trabalho Pedagógico da Educação Física do Ensino Médio no Ensino Remoto através do programa desenvolvido pela Seduce (GO), um programa criado especialmente para o regime especial de aulas não presenciais. Para tanto, utilizaremos como ideia metodológica, analisar as aulas desenvolvidas para a matéria de Educação Física, através dessa análise realizaremos interpretações, reflexões em relação a concepção de Trabalho Pedagógico e o Ensino da Educação Física, utilizando como fio condutor nesse processo o método de pesquisa de Marx. A partir da análise crítica dos dados, a pesquisa revelou questões importantes para se tornar ponto de reflexão na atualidade sobre a área educacional, principalmente, no trato pedagógico de certos conhecimentos de ensino por áreas, um deles sendo da Educação Física. Ressaltamos que a estratégia utilizada pelo governo do Estado de Goiás em adotar a organização das aulas não presenciais a partir de um portal digital de conteúdo foi importante, pois demonstra-se como um trabalho que necessitava ser realizado para os alunos continuarem tendo acesso à educação mesmo que de forma remota. Não deixamos de reconhecer o esforço da Seduce em produzir essa estratégia para a continuação do ensino por justamente se tratar de uma situação excepcional. Mas não podemos deixar de reconhecer algumas limitações desse tipo de produção no campo educacional. Constata-se que através da análise do Programa da Seduc – Portal Net Escola, especificamente, a partir dos dados colhidos das aulas do Ensino Médio, existe uma contradição nas diretrizes curriculares do Ensino Médio em apontarem para uma perspectiva crítica de organização do trabalho pedagógico e estar centrado em uma perspectiva didática instrumental, centrada no conteúdo. O fato de as temáticas trabalhadas não levarem em conta as questões relativas às juventudes, as aulas são extremamente conteudistas, a impossibilidade de vivência concreta dos elementos da Cultura Corporal, evidência que a Educação Física por suas particularidades não se permite na perspectiva do Ensino Remoto, apesar da matriz de conhecimento ser a Cultura Corporal, ainda há um trabalho pedagógico bastante organizado em torno do conteúdo ou da transmissão de informações sobre um conteúdo. Por fim, entender como se deu esse ensino por meio de plataformas digitais nos chama a atenção para percebermos que a educação de certa maneira com o ensino remoto perdeu suas qualidades, principalmente, na parte do trabalho pedagógico trazendo à tona questões que foram tratadas a décadas por grandes autores da Educação. Ademais, para os próximos momentos que virão, a pesquisa pode servir como ponto de partida para outros estudos que surgirão sobre a Educação Física escolar em um período pós-pandêmico.

Palavras-chave: Organização do Trabalho Pedagógico; Educação Física; Ensino Remoto; Ensino Médio; Portal Net Escola

ABSTRACT

The present work has as main locus of investigation the Physical Education of High School, mediated by digital platforms arising from the pandemic context due to the proliferation of the new virus (Sars-Cov-2) in society. This statement becomes a guide to weave this research, since Physical Education as a curricular component in the school environment, has a singularity in relation to the others, its pedagogical organization is characterized by its theoretical and practical components in its essence where the Conception of Pedagogical Work is always questioned, even more so at this level of education, that of youth, but now, as this becomes more complex in the particularity of the work of Physical Education teachers who, from one moment to another, need to problematize the elements of Body Culture by through Remote Learning platforms. Thus, for the development of the research, the object of study itself permeates in an attempt to understand the relationship between the conception of the Pedagogical Work of Physical Education of High School in Remote Teaching through the program developed by Seduce (GO), a program created especially for the special regime of non-face-to-face classes. Therefore, we will use as a methodological idea, to analyze the classes developed for the subject of Physical Education, through this analysis we will carry out interpretations, reflections in relation to the conception of Pedagogical Work and the Teaching of Physical Education, using as a guide in this process the research method of Marx. From the critical analysis of the data, the research revealed important questions to become a point of reflection on the educational area today, mainly in the pedagogical treatment of certain teaching knowledge by areas, one of them being Physical Education. We emphasize that the strategy used by the government of the State of Goiás in adopting the organization of non-face-to-face classes from a digital content portal was important, as it is demonstrated as a work that needed to be carried out for students to continue having access to education even than remotely. We cannot fail to recognize Seduce's effort to produce this strategy for the continuation of education, precisely because it is an exceptional situation. But we cannot fail to recognize some limitations of this type of production in the educational field. It appears that through the analysis of the Seduc Program - Portal Net Escola, specifically, from the data collected from High School classes, there is a contradiction in the High School curriculum guidelines in pointing to a critical perspective of pedagogical work organization and be centered on an instrumental, content-centered didactic perspective. The fact that the themes worked do not take into account the issues related to youth, the classes are extremely content-oriented, the impossibility of concrete experience of the elements of Corporal Culture, evidences that Physical Education, due to its particularities, is not allowed in the perspective of Remote Teaching, despite the matrix of knowledge being the Corporal Culture, there is still a very organized pedagogical work around the content or the transmission of information about a content. Finally, understanding how this teaching took place through digital platforms calls our attention to realize that education in a way with remote teaching has lost its qualities, especially in the pedagogical work, bringing to light issues that have been addressed for decades. by great authors of Education. In addition, for the next moments to come, the research can serve as a starting point for other studies that will emerge on school Physical Education in a post-pandemic period.

Keywords: Organization of Pedagogical Work; Physical Education; Remote Teaching; High school; NetEscola Portal

SUMÁRIO

SEÇÃO 1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	7
1.1 Método de pesquisa.....	8
1.2 Metodologia	9

SEÇÃO 2

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO REMOTO

.....	10
2.1 Ponto de partida	11
2.1.1 A abordagem do ensino da educação física	15
2.1.2 O ensino de 2º grau e sua relação na organização de uma escola de método único.....	18
2.2 O confronto dos pressupostos de ensino: a didática instrumental e a organização do trabalho pedagógico na educação física.....	23
2.3 Revisitando a história do ensino médio no brasil: a obrigatoriedade do ensino da educação física.....	27
2.3.1 A organização da Educação Física no Ensino Médio.....	36
2.4 A Educação Física do Ensino Médio através do Programa NetEscola (Seduc-GO)	45

SEÇÃO 3

ANÁLISE DO PROGRAMA DA SEDUC	47
3.1 Descrição e catalogação do objeto: Net Escola	48
3.2 Estrutura do programa da Seduc: Net Escola	58
3.3 Descrição das aulas de Educação Física no Net Escola.....	53
3.3.1 Descrição da temática da aula de Educação Física do 1º ano do Ensino Médio.....	53
3.3.2 Descrição da temática da aula de Educação Física do 2º ano do Ensino Médio.....	54
3.3.3 Descrição da temática da aula de Educação Física do 3º ano do Ensino Médio.....	56

SEÇÃO 4

ANÁLISES DOS DADOS	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68

SEÇÃO 1

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação Física como componente curricular no âmbito escolar, possui uma singularidade em relação as demais. Isso se deve a sua organização pedagógica que se caracteriza pelos seus componentes teóricos e práticos na sua essência. Entretanto, no ano de 2019 devido a ocorrência do novo Coronavírus, a educação de forma geral e seus componentes curriculares, um destes sendo a Educação Física teve que se adequar e reformular seus métodos de ensino em todos os níveis escolares para melhor ocorrer o processo de ensino-aprendizagem do aluno no ensino remoto emergencial.

Com esse processo, o debate sobre a Educação Física na pandemia ganhou notoriedade na área educacional. Considerando as leituras e os estudos acerca do tema, atualmente a discussão acerca da Educação Física relacionada ao contexto de ensino remoto tem avançado. Uma vez que nos encontramos nessa conjuntura atual, porém a inexistência de pesquisas acadêmicas a respeito do trabalho pedagógico do professor de Educação Física do Ensino Médio no Ensino Remoto, que aliás, é um nível de ensino problematizado por essa área, viabiliza a presente investigação científica podendo reforçar novas reflexões neste contexto e no ensino da mesma nesse nível escolar.

Assim, aprofundar a compreensão acerca do quadro conceitual que explica os processos de organização da atividade pedagógica no Ensino Médio, o lócus desta investigação, permite entender o que se caracteriza como Organização do Trabalho Pedagógico e como isto se complexifica na particularidade do trabalho dos professores de Educação Física que de um momento a outro necessitam problematizar os elementos da Cultura Corporal por meio das plataformas de Ensino Remoto.

Portanto, a presente monografia objetiva analisar a concepção de trabalho pedagógico em Educação Física no Programa SEDUC em Ação – SEDUC (Portal Net Escola), buscando a compreensão da concepção das aulas do Ensino Médio no Ensino Remoto da Educação física na modalidade remota em Goiás; compreendendo a articulação e a relação entre a Organização do Trabalho Pedagógico, Educação Física e Ensino Remoto e observar como o professor de Educação Física do Ensino Médio por meio das plataformas digitais tem pensado suas aulas e a relação da Concepção de Trabalho Pedagógico.

Essa pesquisa científica pode contribuir para um melhor conhecimento e entendimento de como tem sido as aulas de Educação Física no Ensino Remoto. Provocando reflexões acerca da educação física nesse ensino. Esperamos atrair a atenção para o tema e contribuir para

descobertas e possibilidades sobre a Educação Física do Ensino Médio nos meios virtuais. Além disso, o estudo pode servir de base para outros estudos na área da educação.

1.1 MÉTODO DE PESQUISA

Na perspectiva de construir esta pesquisa articulada com o todo do processo investigativo, a mesma se desenvolve num viés crítico. Assim, o desenvolvimento do trabalho de modo organizado e de acordo com o problema e o objetivo, terá como método percussor o Materialismo Dialético. O método de Marx, contribuirá na investigação do objeto de estudo entendendo que, o mesmo se dá a partir de uma materialidade concreta em determinada sociedade no qual o mesmo está repleto de relações, mediações e contradições. Com isso, partiremos da realidade do objeto de estudo, buscando sua totalidade para compreender, identificar e refletir sobre o que se investiga, a Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física do Ensino Médio no Ensino Remoto.

Tendo em vista isso, compreendemos que o objeto de estudo aqui pesquisado não se dá de forma isolada. Segundo Sanfelice (2011), uma investigação científica sob a ciência e o pensamento dialético marxista, é necessário entender que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos nos quais as coisas e os seus reflexos intelectuais em nossos cérebros, conceitos, estão em mudanças contínuas e ininterruptas. Sendo assim, o método não é um método investigativo contendo manuais, Marx diz que o método é a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano. Assim, a presente pesquisa no método Materialismo Histórico Dialético, nos permitirá analisar o mesmo atendendo a sua essência, ou seja, o real e a suas relações, pois, a Organização do Trabalho Pedagógico e a Educação Física se dá a partir de relações e construções históricas com a sociedade, educação, trabalho e o modo de organização. Assim o sujeito pesquisador deve,

Compreender que o que se chama de teoria do conhecimento ou a ciência da história, deve-se considerar o seu objeto do ponto de vista histórico, estudando e generalizando a origem e o desenvolvimento do conhecimento. O pensamento é condicionado pelas condições da realidade, pelos elementos que abrigam a realidade. (LOMBARDI; SAVIANI, 2017, p.20)

Por fim, se pretende enquanto sujeito pesquisador entender o movimento real do objeto, conhecendo o mundo no qual o mesmo se insere. Ademais, acredita-se que a perspectiva marxista de investigação tem muito a contribuir para a presente pesquisa, pois, a mesma

possibilita e retrata um caminho para construir debates, evoluções, revoluções e transformações no processo de educação e da Educação Física do Ensino Médio.

1.2 METODOLOGIA

O processo de realização da pesquisa proposta ocorrerá por meio de uma abordagem qualitativa. Uma vez que se entende que a mesma exige um estudo amplo do objeto de pesquisa, considerando o contexto em que ele está inserido e as características da sociedade a que pertence, corroborando com o desenvolvimento de investigação apontado. Nos estudos apresentados por Glaizer, entende-se que uma abordagem qualitativa “não é um conjunto de procedimentos que depende fortemente de análise estatística para suas inferências ou de métodos quantitativos para a coleta de dados” (GLAIZER, 1992, p.238)

Conforme Baptista (apud Ventura et al) a abordagem com predominância qualitativa constitui um processo de transformação das coisas, com mudanças mínimas de quantidade que, ao se acumularem provocam uma transformação qualitativa. Exige uma análise cujo sentido é o de compreender a relação dos dados quantitativos em uma perspectiva mais ampla e mais complexa, permitindo que se retorne à sua condição, sempre que necessário. (VENTURA *et al*, 2015, p. 22)

Assim, aquele pesquisador ou pesquisadora que opta por uma pesquisa qualitativa, segundo Alves (1991), a realidade da investigação científica é uma construção coletiva e participativa com o objeto de estudo pesquisado em que o investigador está presente, portanto os fenômenos podem ser compreendidos numa perspectiva holística, ou seja, uma análise de forma global, como um todo e não de maneira fragmentada.

Para os “qualitativos” conhecedor e conhecido estão sempre em interação e a influência dos valores é inerente ao processo de investigação. Partindo desses pressupostos, não se pode, no processo de investigação, deixar de valorizar a imersão do pesquisador no contexto, em interação com os participantes, procurando apreender o significado por eles atribuído aos fenômenos estudados. É também compreensível que o foco do estudo vá sendo progressivamente ajustado durante a investigação e que os dados dela resultantes sejam predominantemente descritivos e expressos através de palavras. (ALVES, 1991, p.3)

Dentre os vários tipos de pesquisas existentes no processo de investigação científica trabalharemos com a classificação de pesquisa “tipologia por objetivos”. Sendo assim, a pesquisa vigente se caracteriza como uma pesquisa não experimental do tipo “Pesquisas com objetivos compreensivos”, que foi estudada por Souza e Magalhães (2013) e dialogada junto com Larocca, Rosso e Souza (2005), os mesmos afirmam que esse tipo de pesquisa sugere a interpretação da realidade e o desenvolvimento de ações orientadas a compreender as contradições e tudo que a constitui, se adequando ao Método Materialista Histórico Dialético.

Posto isso, acreditamos que para compreendermos a pesquisa e que ocorra a análise e a interpretação do objeto de estudo fundamentamos no seguinte procedimento metodológico, ou seja, a técnica considerada para a realização do estudo é a partir da observação através do acesso de todas as vídeo-aulas produzidas para a matéria de Educação Física do Ensino Médio do Programa Net Escola (Seduc), observando e analisando o que está sendo pensado como Educação Física nesse nível de ensino e a relação disso com a Concepção do Trabalho Pedagógico.

Consiste em uma técnica de coleta de dados para ser aplicada no campo de investigação, cujo foco se debruça sobre a realidade para desvelar dela aspectos que sejam determinantes para responder ao problema de pesquisa. Na observação, a ação do pesquisador é fundamental, pois ele se faz de “instrumento” e tem importante papel na busca de dados para a pesquisa. É utilizada por todos os métodos de pesquisa, mas cada qual tem formas diferentes de inserção no processo investigativo, ou seja, alguns olham, outros olham e ouvem e outros colocam maior rigor pois, para além de olhar e ouvir, esta técnica nos permite analisar criticamente a realidade investigada. (VENTURA *et al*, 2015, p. 24)

Portanto, concluímos a necessidade de nos apoiar em uma concepção metodológica crítica dialética para ser possível interpretar, refletir e compreender de que modo ocorre a organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física do Ensino Médio no contexto de ensino remoto, que para esse processo é necessário aprender a refletir sobre interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas. Com isso, será possível compreender entrelinhas que perpassam o Ensino Médio no tocante cenário educacional, entendendo contradições e interpretações da Educação Física escolar neste ensino por meio das Plataformas de Ensino Remoto.

SEÇÃO 2

2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO REMOTO

Tratar da relação entre Organização do Trabalho Pedagógico, Educação Física e Ensino Remoto é de suma importância, porque são elementos ligados, intrinsecamente, com o cotidiano e a realidade do trabalho do professor. Definir a concepção de trabalho pedagógico é fundamental, pois ela aparece como uma das principais categorias iniciais dessa pesquisa e articula os dois outros elementos da investigação, Educação Física no Ensino Médio e Ensino Remoto.

Aprofundar a compreensão acerca do quadro conceitual que explica os processos de organização da atividade pedagógica no Ensino Médio, o lócus desta investigação, permite

entender o que se caracteriza como Organização do Trabalho Pedagógico e como isto se complexifica na particularidade do trabalho dos professores de Educação Física que de um momento a outro necessitam problematizar os elementos da Cultura Corporal por meio das plataformas de Ensino Remoto.

Parte-se da tese de que não é possível apreender como se dá a organização do trabalho pedagógico sem explicitar as relações entre Educação, Ensino e Trabalho e o modo como a sociedade se estrutura. Isso se justifica nos estudos de Freitas (1994) e Frizzo (2008), quando constatarem que a concepção do trabalho pedagógico é uma construção social e histórica, um fenômeno em contínua transformação, incluída no movimento das formações sociais e determinadas pelos interesses e conflitos sociais.

Assim, analisar o caráter sócio histórico do processo de organização do trabalho pedagógico é importante para abarcar nuances desta categoria e entender os diversos aspectos ligados à docência em Educação Física no Ensino Médio, em um contexto de ensino mediado exclusivamente por tecnologias. A perspectiva sócio histórica, nos auxilia a compreender o todo e,

Baseia-se na tentativa de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas. Baseada no materialismo histórico-dialético, expressa em seus métodos e arcabouço conceitual as marcas de sua filiação dialética. Vygotsky (1896-1934), um dos principais expoentes dessa concepção, na busca por uma nova psicologia ressalta a importância de se considerar o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente os aspectos externos com os internos, considerando a relação do sujeito com a sociedade à qual pertence. Desse modo, sua preocupação centrava-se na procura por métodos para estudar o homem como unidade de corpo e mente, ser biológico e ser social, membro da espécie humana e participante do processo histórico. (Mascarenhas et al, 2015, p. 28)

Para caracterizar o que é a Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Física é fundamental partir da concepção ampliada de educação e de Organização do Trabalho Pedagógico. Isso permite compreender os limites e possibilidades para a sistematização midiática de aulas de Educação Física para o Ensino Médio.

2.1 PONTO DE PARTIDA

Para discutirmos sobre a Organização do Trabalho Pedagógico, primeiramente precisamos ter consciência de pontos importantes que nos levem a compreensão da concepção. Assim, adentramos na análise da categoria Trabalho, destacando o que se caracteriza como trabalho do professor e do professor de Educação Física e o que vem a ser trabalho pedagógico

e suas implicações na intervenção profissional em educação. Isso se faz necessário, pois a Organização do Trabalho Pedagógico passa por continuidades e rupturas ao longo do tempo.

Tendo em vista que existem várias interpretações acerca da categoria trabalho, é necessário expor de qual concepção de trabalho partimos. A concepção assumida aqui entende que o trabalho é uma categoria fundante do homem enquanto ser social. Assim, a compreensão, parte-se da perspectiva de trabalho ontológico em que a mesma nos possibilitará compreender o ser na sua realidade, na sua constituição, ou seja, do que é essencial a sua existência. Para assim, nos auxiliar a posteriori no entendimento da relação Trabalho-Educação, sendo dois fenômenos essencialmente humanos.

O trabalho ontologicamente é compreendido em uma concepção desenvolvida por Marx. Para ele, o trabalho em seu prisma não determina o ser, mas sim produz as condições materiais objetivas e subjetivas necessárias à existência dos seres humanos dentro da organização social; portanto, o trabalho tem como essencialidade não atender apenas às necessidades individuais, mas também às necessidades da coletividade. Segundo Marx (2010, p. 211), o trabalho é

Antes de tudo, [...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma das suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

A partir disso, o trabalho dialeticamente transforma a natureza e o homem, sujeito da ação e da necessidade vital de transformação. Ainda, segundo Lessa (2012), é no trabalho que se efetiva a constituição do ser que retira a existência humana das determinações meramente biológicas, que assim não pode haver existência social sem trabalho.

Segundo Frizzo (2008), o trabalho se molda de diferentes roupagens ao longo do período da humanidade. Mas a notoriedade e intensificação do mesmo, se dá a partir da Revolução Industrial. Inicialmente ocorrida na Inglaterra da segunda metade do século XVIII e depois, nas últimas décadas do século XIX e XX em todo o mundo ocidental, promovendo uma ruptura estrutural, causando grandes transformações no processo produtivo e nas relações políticas, sociais e econômicas em geral.

A atividade produtiva (trabalho) e os meios de produção passam a estar submetidos pela divisão social do trabalho e apropriados de modo privado. Esses tornam-se os princípios da sociedade de classes.

Divisão do trabalho e propriedade privada são termos muito próximos: um diz respeito à exploração da força de trabalho; a mesma coisa que o outro diz em relação ao produto da exploração dessa força de trabalho. As condições criadas pela divisão do

trabalho e pela propriedade privada introduziram um estranhamento entre o trabalhador e o trabalho, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo de o trabalho se realizar, pertence a outra pessoa que não o trabalhador. Por isso, em vez de o trabalhador realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões (KONDER, p. 29, 1981)

Há o desenvolvimento de uma nova forma de organização das bases materiais de produção e das relações sociais, denominada por Gramsci de “Americanismo e Fordismo”, uma hegemonia industrial americana que se dissemina de forma global.

O método fordista analisado por Gramsci consiste numa forma de organização do trabalho baseada em esteiras de montagem de produção em massa, que introduzem mecanismos para a aceleração do trabalho, onde o trabalhador é submetido a movimentos ininterruptos e repetitivos, comportando-se de forma mecânica e passiva. Em outras palavras, a reorganização dos processos produtivos de acordo com as esteiras de montagem (fordismo) aliado à redefinição dos tempos, movimentos e funções no processo de trabalho (taylorismo), possibilitou grande aumento da produtividade na indústria. (GRAMSCI, 2001, P.266)

Contudo, a nova forma de organização dos meios de produção passa a requerer “um novo tipo de homem”, que se adeque e enquadre às necessidades do desenvolvimento das novas forças produtivas. Um dos contextos que mais são impactados por essas transformações é a educação formal. A escola é articulada e planejada como instrumento de reprodução das relações de produção fabril. A educação se torna uma articulação necessária e categoria fundante e colaborativa nesse processo, um fator determinante na produção e reprodução da base material. Com isso, a organização do trabalho pedagógico se vincula ao modo de exploração do trabalho.

Como Horta (2009, p. 51) explicita em seus estudos “a escola nesse novo contexto deve ter por objetivo formar pessoas capazes de garantir o progresso econômico e histórico da nação; elevar o nível moral e cultural da massa e promover os melhores elementos de todas as classes para garantir a renovação contínua das camadas dirigentes”.

Conforme Antônio Gramsci, um grande opositor ao sistema fascista de Mussolini, o sistema de ensino italiano após a reforma Gentile caracteriza bem essa escola interessada em separar trabalho intelectual e trabalho industrial, teoria e prática, formação e instrução. Assim, a divisão social burguesa do trabalho reflete diretamente na organização da educação formal.

A crítica em relação ao princípio do trabalho educativo da escola no modo italiana fascista, desenvolvido nas escolas abandonava o estudante à sua própria sorte e, por meio de uma educação voltada para a preparação para o trabalho, o mantinha distante da formação escolar de cunho humanista, desinteressada e promotora de uma formação geral como aquela disponibilizada aos filhos do grupo hegemônico. Se formou uma espécie de igreja, que paralisou os estudos pedagógicos e deu lugar a curiosas involuções (GRAMSCI, 1982, p.132)

Dentre essas involuções uma escola preocupada com um interesse prático imediato que tem como ponto de partida o Idealismo Gentiliano (Reforma Gentile) e o fascismo. A reflexão Gramsciana faz um contraponto direto à concepção de educação formal da Reforma Gentile, que cria uma dicotomia entre educação geral e educação profissional e desvaloriza a formação profissional em detrimento do ensino universitário. Este último, livre e restrito às elites econômicas e intelectuais da Itália Fascista.

Diferentemente disso, para Gramsci a escola deveria ter outro propósito. Ter sim o trabalho como princípio, mas o trabalho em dimensão ontológica e não instrumental.

O princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas era o conceito de trabalho, que não se pode realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. (Gramsci, 1982, p.130)

A crítica Gramsciana tem uma concepção outra de trabalho/educação, antagônica à ideia de escola como uma mera reprodução do *status quo* hegemônico, na qual o professor tem o mero papel de transmissão de saberes ou informações úteis. Partindo dessa perspectiva teórica, Frizzo (2008) vai dizer que a escola capitalista assume duas funções principais: a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia e a formação de quadros para a elaboração dos métodos de controle político. Dessa forma, a partir da divisão do trabalho ocorre a instrumentalização da educação formal. O sistema educacional se liga simultaneamente a esse novo *modus operandi*, para ajudar a moldar o novo tipo de homem.

A vida industrial exigia que o trabalhador apresentasse determinadas características psicofísicas, adaptadas a condições de trabalho específicas, como referentes a condições de nutrição, de habitação e de costumes, características estas que necessitam ser adquiridas pelos trabalhadores, visto que não eram naturais do ser humano. (GRAMSCI, 2001, p.251)

A partir disso, entende-se que a organização da concepção de ensino formal se caracterizava numa vertente conservadora, dicotomizada e instrumental ou interessada e organizada segundo a lógica fordista. Conforme Antônio Gramsci, passou a ser fundamental no desenvolvimento da hegemonia capitalista.

Demerval Saviani, apropriando-se da análise gramsciana para tentar compreender como se organizou a escola pública no Brasil, vai identificar uma relação muito estreita entre a perspectiva de educação dicotômica da Itália do início do século XX e o Brasil. As principais teorias educacionais que deram suporte ao processo de constituição do sistema de ensino público brasileiro, segundo Saviani (2001), se deram principalmente em conformidade com as

teorias educacionais não-críticas. De acordo com ele, as teorias não-críticas veem a sociedade como um organismo harmonioso com tendência à integração de seus membros e entendem que a marginalização escolar é um desvio e pode e deve ser corrigido a partir da própria escola. Nesse sentido, cabe à escola reproduzir a estrutura social.

Assim, a educação se aproxima de perspectivas de ensino bancário. Um ensino centrado na transmissão e acúmulo acrítico de conteúdo. Conforme Paulo Freire, um dos grandes estudiosos da educação moderna, conhecido como o patrono da educação brasileira,

A concepção bancária de educação nega o diálogo, à medida que na prática pedagógica prevalecem poucas palavras, já que o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados. Desse modo, vemos que o desobediente nunca é o educador, mas, sim, o educando, aquele que precisa ser ensinado a não violar as regras impostas. Entendemos que o professor irá “depositar” (vem daí a ideia de “bancária”) os conteúdos em suas cabeças como se fossem recipientes a serem preenchidos. (FREIRE, p.68, 2005)

A metodologia do ensino seguida pelos educadores nessa concepção é permeada pelo autoritarismo pedagógico. O professor dizendo aos educandos o que devem fazer e o que responder. Não é permitido realizar críticas, assim como não se deve questionar e nem duvidar. Nesse caso, segundo Freire (2001) a educação é puro treino, pura transferência de conteúdo, quase adestramento, é puro exercício de adaptação ao mundo.

Essa se tornou a principal perspectiva da escola brasileira ao longo de praticamente todo o século XX. A concepção de educação tecnicista permanece como uma das principais objetivações da educação bancária. Segundo Kawamura (1990), ao estudar a educação tecnicista, chama a atenção para o fato de esta, ter se estruturado, com o avanço do capitalismo provocando alterações nos conteúdos e no trabalho pedagógico do professor. Além de conteúdos básicos do ensino a serem abordados em aula, conteúdos de conhecimentos pragmáticos voltados para a profissionalização passaram a ser imprescindíveis no ensino e aprendizagem do aluno, o que culminou também em uma nova organização pedagógica dos educadores.

O conteúdo tecnicista da educação influi na reorientação da formação do professor, cuja prática profissional torna-se eminentemente técnica”. O professor antes de se preocupar com a ação pedagógica e a formação dos alunos, deve-se atentar aos programas e prazos por meio de extensos relatórios de atividades. (KAWAMURA, p. 44, 1990)

Posto isso, nos próximos anos a relação Educação-Trabalho influencia o modo de como determinadas áreas específicas do conhecimento se desenvolvem. Assim, temos áreas com abordagens de ensino parecidas com o modo de reprodução e produção da sociedade, que abordaremos a seguir.

2.1.1 A abordagem do ensino da educação física

A Educação Física no Brasil adentra o sistema educacional através de um viés biologista. Nesse sentido, a organização do trabalho do professor foi balizada por modelos idealísticos de educação do corpo. Os conhecimentos elencados pela Educação Física escolar estavam ligados à compreensão exclusiva do corpo biológico, diretamente influenciada pelos Métodos Ginásticos europeus do Século XIX. Dessa maneira a abordagem dos conhecimentos biológicos enviesados pelo discurso médico-higienista influenciaram sobremaneira o fazer da Educação Física nas primeiras experiências de escolarização no Brasil. “Fruto da biologização e medicalização das práticas sociais, a Educação Física foi estruturada a partir do ideário burguês de civilidade, significando, de um lado, conquista individual e mágica de saúde física, e de outro, disciplinarização da vontade” (SOARES, 2004, p. 132-133)

A Educação Física na escola tinha um viés de assepsia social em um contexto no qual a cura do corpo físico e social, o cultivo da mente, os bons hábitos de saúde são condições para a construção da nação brasileira. Essa moral atribui à Educação Física escolar o dever de formar homens sadios e fortes, aptos à busca de uma sociedade livre de doenças. Entretanto, a Educação Física seria à área secundária servindo de auxílio à medicina nesse processo de higiene e eugenia.

Os médicos ocupariam um lugar de destaque, seria necessário construir um novo homem. Para tanto, o pensamento médico higienista contribuiria com o discurso normativo, disciplinador e moral, pautada na abordagem positivista de ciência e a moral burguesa estiveram na base de suas propostas de disciplinamentos dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos (SOARES, 2001, p. 70)

A partir da década de 1930, a industrialização tornou-se o elemento central no debate referente à dinâmica econômica do Brasil e, para tal, o Estado teve papel intervencionista fundamental. A ditadura militar de Vargas construiu um projeto político-econômico que ressalta a importância do cidadão brasileiro no processo de industrialização do país.

A formação de um “Homem Novo” seria necessária para a concretude de um Estado Novo. Dessa maneira, para a constituição do homem novo o Estado percebeu que a educação e o trabalho auxiliam nesse processo, assim o aparato de modificação de um novo homem se permeia na formação profissional da classe trabalhadora, em que os mesmos teriam que se adequar a questão da qualificação técnica dos trabalhadores, tornando a classe eficiente para a modo de produção não só em aspectos técnicos como também em aspectos ideológicos, assim entrando a educação como uma instituição que ajudaria o Governo nessa implementação.

Neste novo contexto, surge uma área do conhecimento que será uma influência muito forte para com os propósitos do governo, a Educação Física. A mesma adentra no cenário

educacional com a perspectiva de Educação Física e Educação Moral e Cívica que para isso adota o Método Ginástico Europeu como metodologia do ensino da Educação Física Escolar. Este método advém do Movimento Ginástico Europeu no século XIX e teve como finalidade fortalecer, embelezar, corrigir e tornar saudáveis os corpos dos europeus. Para tanto, foram desenvolvidos tipos de exercícios específicos para cada parte do corpo, método ainda bastante utilizado em academias de musculação.

A Educação Física Escolar tinha como competência curricular ser ministrada de acordo com as condições de cada sexo, por meio da Ginástica e dos desportos, que terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo, solidez, agilidade e harmonia. (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 71)

Segundo Justo (2011) os professores em suas aulas de Educação Cívica, Moral e Física, utilizavam o Método Francês de Ginástica. Em seu trabalho deveriam pôr em prática as técnicas disciplinadoras do Exército com o objetivo de formar uma juventude nacionalista apta a cuidar da segurança do país. Introduzindo às crianças e aos jovens os hábitos e práticas que tenham a função de finalidade da prevenção de doenças, conservação do bem-estar e o prolongamento da vida. Percebe-se que as ideias nacionalistas adotam a Educação Física Escolar como uma grande área para moldar a sociedade que se pretende e que a mesma será imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Para o desenvolvimento de uma economia capitalista no Brasil e a nova organização de ensino de acordo com essa sociedade, a Educação Física foi fundamental. Como e porque a Educação Física é colocada como uma grande área de conhecimento que influenciará nesse processo de desenvolvimento social e educacional. Nesse processo, para a formação dessa nova sociedade o controle, a domesticação e o disciplinamento é essencial, assim a Educação Física entra justamente para tratar dessas questões por meio dos Métodos Ginásticos e dos desportos que vem para intervir nesses aspectos do povo desta sociedade e, posteriormente, isso aparece com muita força na escola instrumental. Assim, para que os sujeitos sejam disciplinados para os postos de trabalho é necessário se ter um sujeito altamente domesticado.

Com isso, infere-se que nessa época a Educação Física escolar organizava-se em forma de esporte-treinamento. O esporte como técnica, controle, evento midiático e adaptação aos valores e normas dominantes sociais era o principal conteúdo. Através da prática do esporte a criança desde pequeno aprendeu a respeitar a regra do jogo capitalista, conforme Bracht (1986). Nesse cenário, a Educação Física torna-se parte importante do sistema educacional, reproduzindo os elementos centrais da moral burguesa.

A Educação Física age de acordo com uma visão biológica a partir da qual o papel da Educação Física seria melhorar a aptidão física dos indivíduos, com o que estaria, automaticamente, contribuindo para o desenvolvimento social, uma vez que os indivíduos estariam mais aptos a atuar na sociedade e, portanto, seriam também mais úteis a ela. Colaborando para o adestramento físico, necessário, tanto à defesa da Pátria quanto à preparação e manutenção da força de trabalho necessária aos interesses da classe dominante. (BRACHT, 1986, 63)

Assim, a Educação Física participava ativamente na promoção da alienação social. Segundo Bracht (1999), a Educação Física escolar brasileira, incorporaria uma nova técnica corporal sem mudar seus princípios fundamentais, essa técnica se refere à prática esportiva. Com isso, o esporte assumiu o status de principal conteúdo das aulas de Educação Física e passou a influenciar outros tipos de relação entre professor e aluno nas aulas dessa disciplina. O sujeito que leciona se caracteriza como “professor-treinador” e o segundo desempenharia o papel “aluno-atleta”. O trabalho do professor teria a capacidade em “[...] desenvolver, nos alunos, a otimização do rendimento físico-esportivo, simulacro da ordem da produtividade, eficiência e eficácia pertinentes ao modelo de sociedade na qual encontrou identificação” (CASTELLANI FILHO, 1993, p.123)

Portanto, esse advento passou a se caracterizar como um pressuposto de Método Único de ensinar, materializado na Didática Instrumental. Tanto que, a perspectiva tecnicista se torna dominante nos anos de 1964 em diante no Brasil, como uma espécie de sinônimo do jeito certo de ensinar, por longos vinte e um anos de Ditadura Militar essa foi a perspectiva de ensino/aprendizagem dominante nos manuais de formação de professores.

O nível que sofreu mais mudanças nesse sentido, foi a formação dos jovens do ensino de 2º grau, que passou por adequações para que os alunos além de complementarem o ensino saíssem de lá com diploma do Ensino de Segundo Grau Profissionalizante, com o intuito de que os mesmos adentrassem o mais rápido possível ao mercado de trabalho. Assim, esse contexto nos ajuda a entender elementos de uma escola organizada no Método Único e fazer uma análise da Educação Física nesse contexto, permitindo perceber claramente como a Didática Instrumental foi fundamental na concepção do Ensino de 2º Grau.

2.1.2 O Ensino de 2º Grau e sua relação na Organização de uma Escola de Método Único

O Ensino de Segundo Grau no contexto da ditadura militar de 1964 a 1985, é um exemplo claro da materialização de uma escola organizada sob a Concepção de Método Único. Tendo em vista, que a sociedade nessa época se organizava em uma perspectiva centrada no autoritarismo, ou seja, o governo decide como a sociedade se desenvolve e como os indivíduos

contribuem para esse desenvolvimento, assim a Educação é um meio que corrobora para com as linhas de pensamento político-ideológico e a mesma estava alinhada às demandas do mercado. Segundo Fernandes et al (2020), o âmbito da educação durante as décadas de ditadura militar foi perceptível visionar: a repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através da abundante e confusa legislação educacional. Dessa forma, entender esse contexto de nível escolar se torna imprescindível para as discussões que vêm sendo propostas e para as próximas discussões neste capítulo.

A Ditadura Militar no Brasil durou 21 anos. Assim, a sociedade viveu longos anos sob esse regime, onde o mesmo cria intuítos para o todo se desenvolver a favor do mesmo, provocando mudanças em todos os setores sociais de uma sociedade, um destes sendo a Educação. No regime militar, durante as décadas de 1970 e 1980 houve a implementação da Lei nº 5.692 de 1971, lei que mexe na estruturação dos ensinos de 1º e 2º grau, para um desenvolvimento de profissionalização do mesmo. Assim, a implementação da Lei,

Não significou uma ruptura completa com a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/1961, pois, o regime estabelecido em 1964 visou uma alteração política para o favorecimento da continuidade do modelo econômico. A Lei nº 5.692/1971 refletiu os princípios da ditadura, percebidos pela incorporação dos fundamentos da racionalização do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no 2º grau.

Posto isso, a estruturação deste novo ensino estava ligada a preparação para o trabalho e isso poderia ser contemplado pela escola de segundo grau. Assim, a mesma desenvolve e oferta a preparação para o vestibular e oferece aos alunos informações sobre o curso de nível superior, visitas às empresas, palestras de professores e profissionais e realização de testes vocacionais. Ofereciam focos profissionalizantes, como artes industriais, técnicas comerciais, técnicas agrícolas, e educação para o lar. Com isso, vemos uma concepção de didática altamente técnica em todo o corpo escolar e no processo didático pedagógico do professor.

Nitidamente, percebe-se que o Ensino de Segundo Grau era organizado de forma altamente dicotomizada, formação técnico instrumental para a maioria (se ingressarem no mercado de trabalho a partir de cursos técnicos como o magistério, contabilidade, administração, enfermagem) e formação pré-vestibular para uma minoria. Essa organização guarda consigo a ideia de formação dicotomizada da juventude, com prioridade para a formação técnica, organizada por pressupostos tecnicistas. Aprender para um fim específico ou vestibular ou mercado de trabalho. Segundo Cunha (2005) essa prática aumentou a dualidade na educação e proporcionou aos mais abastados a entrada nas universidades, enquanto os mais pobres, sem

as mesmas condições educacionais, ingressaram direto no mercado de trabalho. Percebe-se que a Lei da Educação de 1971, fomenta ainda mais a dualidade educacional no Brasil: educação para classes populares e educação para elite. Aranha (1996, p. 216) afirma,

Portanto, a escola da elite continua propedêutica, enquanto os oficiais refazem seus programas com disciplinas mal ministradas, descuidando da formação geral. De forma mais grave ainda persiste a questão da seletividade, já que a elite, bem preparada, ocupa as vagas das melhores universidades. Como consequência, a reforma não consegue desfazer o dualismo.

Outro fator que podemos destacar em relação ao Ensino de Segundo Grau que reforça a concepção de Didática Instrumental no processo de ensino é o papel da Educação Física. No Ensino de Segundo Grau, a mesma tinha-se um método de ensino a partir do Método Ginástico altamente instrumental e a Didática Instrumental reinava no processo de ensino. O processo de ensino da Educação Física era técnico e tecnicista e o desenvolvimento das aulas eram organizadas dessa forma.

A Educação Física nesse contexto como disciplina escolar era organizada de forma eminentemente técnica, tendo a Didática Instrumental como princípio. O trabalho dos professores era centrado em técnicas de ensino, restritos aos elementos técnicos da Cultura Corporal e totalmente isolado em relação às rotinas formativas das escolas, os professores eram mais que professores, eram técnicos e instrutores de modalidades esportivas. A aula de Educação Física era treinamento. Centrada em modalidade esportiva, em separar as turmas entre aqueles que sabem jogar determinada modalidade e os outros que não conseguiam participavam de outras atividades, pois são considerados inaptos.

A dimensão motora e o rendimento esportivo são os principais objetivos a serem alcançados. O corpo é entendido de forma dicotomizada e as atividades físicas realizadas, geralmente são exaustivas e repetitivas. Através do esporte busca-se a vitória, o recorde a qualquer custo. Esta tendência da Educação Física busca contribuir para a manutenção do status quo e recebe influência da pedagogia tradicional, vinculando-se às teorias não críticas da educação. (ARAÚJO et al, p. 04, 2015)

Diante disso, analisar o contexto do Ensino de Segundo Grau e o papel da Educação Física no mesmo se torna importante, pois contribui com o debate proposto entre a Organização do Trabalho Pedagógico em contraposição a Didática Instrumental. Trazendo mais elementos de uma escola pautada no formalismo do Método Único tendo como processo o tecnicismo, a instrumentalização do conhecimento: decorar, memorizar, prova, transmitir e preparar para o vestibular.

A concepção de educação que se tornou prevalente no Brasil dos anos 1960 em diante, passa a ser bastante discutida no início do Século seguinte. A relação ensino-aprendizagem passa a ser tomada como par dialético. A educação escolar começa a ser interpretada como processo que se dá na articulação de uma série de variáveis fundamentais (escola, professor,

aluno, classe social, ideologia) e que sofre as influências da concepção da estrutura de sociedade dominante. As críticas em relação à neutralidade didática questionam à época o processo de ensino pautado no acúmulo de conhecimentos. Nesse sentido, a Didática Instrumental é colocada em xeque.

A mesma articula a organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino de forma isolada, ou seja, independente de contextualização e desconectada da realidade escolar, aspectos que viriam a tornarem-se imprescindíveis na perspectiva de Organização do Trabalho Pedagógico das perspectivas críticas.

Nos anos posteriores à Ditadura Militar diversos autores do campo educacional começaram a constatar em seus estudos e pesquisas que a transformação do Brasil em uma sociedade democrática, capaz de assegurar direitos dependia de uma escola com outros valores.

Por isso, foram desenvolvidos estudos para contrapor a concepção de educação bancária e tecnicista pautada no processo de um ensino Instrumental. A grande conclusão, era que a mudança da escola dependia da transformação didática, ou seja, da mudança do entendimento do que viria a ser trabalho pedagógico. Dessa forma, foram surgindo novas teorias pedagógicas, estudos sobre o papel da didática, sobre metodologias de ensino e avaliação e, principalmente, estudos acerca da relação professor, estudante, conhecimento.

Nesse sentido, na década de 1980 a proposição de novas perspectivas didáticas críticas em contraposição à Didática Instrumental, torna-se o ponto de referência para a discussão na educação brasileira. De acordo com Freitas (1994) é neste período que surge uma série de oposições às correntes didáticas acríticas. Ao invés das concepções centradas na neutralidade no método e na técnica de ensino, a atividade do professor passa a ser concebida para além da dinâmica instrumentalizada da aula. O ponto central do processo educativo, a aula passa a ser interpretada apenas como particularidade da Organização do Trabalho Pedagógico, categoria síntese de uma totalidade que pensa a didática como parte um todo e como expressão de relações sociais e correlação de forças políticas e econômicas.

Assim, em oposição à Didática Instrumental surgem outras perspectivas didáticas. O surgimento desse movimento se dá no sentido que o formalismo didático precisa ser superado. Correntes críticas como a Didática Fundamental, Pedagogia Histórico-Crítica, Pedagogia dos Conflitos, Pedagogia Crítico Superadora entre outras, fazem parte dessa busca pela superação.

A Didática Fundamental está diretamente ligada ao movimento pela redefinição e reconstrução da didática. Orienta-se pela ideia de multidimensionalidade do ensino, envolvendo assim as dimensões técnicas, mas em articulação com as dimensões sociais, políticas e

econômicas. Para a superação de uma didática conservadora, formalizada e descontextualizada, os teóricos dessa nova perspectiva, entendem que a formação docente deveria ir além dos reducionismos tecnicistas, incorporando questões como “o que”, “para quem”, “por quê”, “quando” e “como ensinar”. A Didática Fundamental enfatiza o caráter político e transformador do processo educativo para o desenvolvimento do sujeito social.

O primeiro desafio é superar esse formalismo didático e superar, portanto, essa busca incessante do método único e capaz de ensinar tudo e a todos. O grande desafio da didática atual é, assumir que método didático tem diferentes estruturantes e que o importante é articular esses diferentes estruturantes e não exclusivizar qualquer um deles, tentando considerá-lo como único estruturante. (CANDAUI, p. 30-31, 1998)

Nesse sentido, a proposta defendida por Candau representa um grande movimento de reação à Didática marcada pela neutralidade. Porém, é importante destacar que na defesa da Didática Fundamental, a autora não nega a dimensão técnica no processo de ensino, mas que neste processo inclui o ponto de vista político. Assim sendo, permitirá uma abordagem que não é exclusivista apenas na dimensão técnica, mas verá a importância que o ponto de vista político auxiliará em estratégias e necessidades de aguçar a criatividade, trabalhando com a teoria e prática, como se o professor levasse o mundo para a sala de aula, em que antes isso não acontecia. Contudo, a Didática Fundamental, não se prende apenas a modelos pré-determinados, a prática pedagógica depende exclusivamente da vontade e do conhecimento dos professores.

Outra corrente que surge em oposição à Didática Instrumental é a Pedagogia Histórico-Crítica. Essa pedagogia foi idealizada por Demerval Saviani, um grande estudioso na área da educação. A sua proposta pedagógica trata-se de uma pedagogia contra hegemônica, inspirada no marxismo, portanto preocupa-se com os problemas educacionais decorrentes da exploração do homem pelo homem. Nessa perspectiva, a educação escolar é valorizada, tendo o papel de garantir os conteúdos que permitam aos alunos compreender e participar da sociedade de forma crítica, superando a visão do senso comum, a ideia é socializar o saber sistematizado historicamente e construído pelo homem. Com isso, a escola se encarrega de propiciar as condições necessárias para a transmissão e a assimilação desse saber.

O processo de ensino-aprendizagem na visão Histórico-Crítica da Educação oferece ao professor uma nova ação. O mesmo passa a rever conceitos, romper com metodologias ultrapassadas, estabelecer novos rumos e valores. Em decorrência disso, torna a prática pedagógica significativamente mais comprometida com a aprendizagem dos alunos. Em que a teoria implica,

A necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica

cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação. [...] de se compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação histórica. (SAVIANI, 2012, p. 80)

A didática passa a ser entendida apenas como parte da Organização do Trabalho Pedagógico, uma categoria bem mais ampla, mais complexa e mais precisa, para uma compreensão ampliada do processo de ensino-aprendizagem. Essa virada projeta e possibilita entender a ruptura com a concepção de ensino e com a concepção de aula centrada em uma didática altamente fechada, como o ensino bancário e o ensino tecnicista. Em que o processo de ensino-aprendizagem era a relação direta entre professor, estudante e conteúdo, e a Educação Física como área do conhecimento se baseia e se molda através da concepção pedagógica da Didática Instrumental por muito tempo reforçando essa concepção de ensino e colaborando com a sociedade hegemônica. A relação Trabalho-Educação ganha um novo sentido e torna-se aspecto fundamental na organização do trabalho pedagógico do indivíduo.

Evidentemente, com essa conjuntura a forma de pensar escola, terá uma ressonância muito forte na perspectiva de Didática Instrumental e no caso a Educação Física corrobora com a didática e uma perspectiva de ensino do tecnicismo. Assim, a apropriação de conhecimento dos sujeitos está centrada em adaptá-lo, com disciplina, com capacidade de competição, capacidade de ter uma estrutura cardiorrespiratória funcionando, um sujeito individualista que é designado a tal competência. É nítido o uso da Educação Física como suporte ideológico de um modelo de desenvolvimento. A atividade docente é instrumentalizada e organizada segundo uma perspectiva acrítica, biologista e enviesada pelo argumento médico, que interpreta o corpo como uma estrutura destituída de sua historicidade.

2.2 O CONFRONTO DOS PRESSUPOSTOS DE ENSINO: A DIDÁTICA INSTRUMENTAL E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Com essa perspectiva nova, estudiosos pensam o processo de ensino-aprendizagem na concepção de trabalho pedagógico. O professor ou mesmo os conteúdos, deixam de ser elementos centrais. O que passa a importar é o efetivo diálogo entre professor, estudante e conhecimento. A perspectiva de Organização do Trabalho Pedagógico entende a escola como expressão de um projeto político pedagógico. Assim, o estudante passa a ser compreendido como um sujeito histórico, com todas suas demandas, carências e necessidades que precisam ser consideradas no processo ensino/aprendizagem.

O professor nessa concepção não é aquele que apenas ministra a aula é aquele que sabe dialogar com a estrutura escolar e realiza as mediações; assim como o entendimento do aluno passa a ser outro que é um sujeito histórico, possui suas limitações, não são todos iguais; o conteúdo também entra em xeque, passa a ser questionado e pensado a partir de uma mediação que auxilie esse sujeito a desenvolver como ser.

Com esse movimento em relação ao trabalho pedagógico do professor, muitas áreas de conhecimento específico começaram a refletir sobre o próprio trabalho pedagógico e metodológico do processo de ensino.

No caso da Educação Física não basta ensinar a regra, tática e técnica do futebol, essa é uma parte. Precisa-se apresentar o todo para o aluno para o mesmo apropriar de certos elementos como a técnica, a regra e a tática do futebol, formar-se como sujeitos. Ter autonomia de pensamento, ter autonomia de ação, capacidade de tomar decisões. O conteúdo só faz sentido nessa perspectiva numa educação integral do sujeito

O debate entre profissionais, estudiosos, docentes universitários e egressos de programas de pós-graduação ligados à educação e às Ciências Sociais marca o início do grande movimento nacional em defesa de novas perspectivas para as metodologias de ensino de Educação Física nas escolas. O chamado Movimento Renovador expressa o alinhamento de algumas correntes no interior da Educação Física com os pressupostos teórico-metodológicos de uma escola renovada pelas ideias da campanha de redemocratização nacional. Foi um momento no qual a Educação Física como disciplina curricular tornou-se objeto de questionamento no que diz respeito aos sentidos, aos valores, às diretrizes e aos instrumentos de ação didático-pedagógica norteadores da intervenção do professor. O diálogo aberto com os autores das correntes didáticas críticas, especialmente com a perspectiva Histórico-cultural, colocou em questão a função social desempenhada pela Educação Física escolar brasileira até então.

A Educação Física como área de conhecimento também se impõe a necessidade de promover sua ruptura didática. O movimento renovador, apoiado em pressupostos de orientação crítico-marxista, coloca em xeque o paradigma da aptidão física. Portanto, se contrapõe às práticas pedagógicas tradicionais e associadas quase exclusivamente ao desempenho mecânico/motor, ao treinamento físico ou desportivo, à pedagogia tecnicista.

Assim a Educação Física substitui o paradigma da performance, do discurso médico e assume a ideia de um processo de ensino-aprendizagem que articula com as dimensões humana, técnica, política e social em uma totalidade denominada Cultura Corporal.

Com isso, a Educação Física rompe com os pressupostos da Didática Instrumental e, também se vincula a ideia de Organização do Trabalho Pedagógico e aos desafios da criação de uma educação problematizadora e crítica. O trabalho do chamado Coletivo de Autores, esforço de síntese teórico-metodológica que desse conta de uma Metodologia de Ensino para o movimento renovador, é uma interlocução direta com essa tentativa de ruptura.

Essa perspectiva pedagógica da Educação Física assume como objeto de conhecimento a Cultura Corporal e busca uma organização didático-pedagógica que promova uma leitura crítica da realidade.

Assim, a Educação Física tem como finalidade “possibilitar ao aluno a visão de historicidade, permitindo-lhe compreender-se enquanto sujeito histórico, capaz de interferir nos rumos de sua vida privada e da atividade social sistematizada” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.27). Segundo o Coletivo de Autores (1992), nessa perspectiva pedagógica o aluno deverá conhecer, vivenciar e usufruir as atividades corporais expressivas historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas como os jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esportes, malabarismos, mímicas entre outros. Com isso, inferimos que um dos fatores primordiais e predominantes da Educação Física em seu processo pedagógico é o movimento que se dá sobre o acúmulo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido ao longo de sua existência. Esse pressuposto auxiliará na formação de um sujeito histórico, bem como proporcionará uma diversidade de experiências culturais motoras, possibilitando a participação, a ludicidade e a leitura da realidade em que o educando se insere.

Percebe-se que em nenhum momento entre o Golpe militar de 1964 e o início dos anos 1980, a Educação Física pensava o trabalho pedagógico numa perspectiva crítica dos conteúdos. A perspectiva de Educação Física à época expressa não por acaso o casamento com a Didática Instrumental. O formalismo didático e método único no processo de ensino foi apropriado e muito desenvolvido pela Educação Física militarista. O professor era um treinador esportivo, portanto um técnico em ensino/aprendizagem dos esportes.

Porém, a partir da década de 1980 ocorre uma ruptura com a concepção de ensino e com a concepção de aula dominante. Passa-se a discutir a ampliação da noção do processo de ensino-aprendizagem. Esse pressuposto defendido chega ao Brasil para superar a didática instrumentalizada como método de ensino. Segundo Freitas (1994) a ideia de Organização do Trabalho Pedagógico tenta superar essa limitação. A didática passa a ser pensada como um dos elementos que faz parte da organização do trabalho pedagógico, que por sua vez passa a ser interpretado como um processo amplo que envolve as dimensões político-pedagógicas, sociais e econômicas. O trabalho pedagógico é um processo que não se dá somente nos limites do

planejar e desenvolver uma aula, mas sim algo amplo no contexto da escola. O pressuposto de organização do trabalho pedagógico confronta a Didática instrumental, justamente, em relação da compreensão de que é necessário olhar a escola como um todo e entender qual a concepção de mundo; onde a escola se encontra; qual a concepção de sujeito; qual a concepção didático-pedagógica, que tem como objetivo superar os limites da sala de aula.

Ao assumir os paradigmas das didáticas críticas, a Educação Física passa a conceber a atividade docente como um dos elementos de um processo amplo de Organização do Trabalho Pedagógico. Nesse sentido, compreendendo que o trabalho pedagógico não se efetiva simplesmente pela transmissão de conhecimentos, mas sim pela problematização e pela construção de estratégias e ações pedagógicas ampliadas, a Educação Física assume os esportes, as danças, os jogos e brincadeiras, as lutas, as ginásticas como linguagens que permitem a compreensão do todo. Segundo Bezerra & Paz (2006), o trabalho pedagógico, não é sinônimo de prática pedagógica, pois, se afasta da pretensão compreensiva e interpretativa aludida e se aproxima, muito mais daquilo que se entende como as diretrizes e habilidades profissionais. O trabalho pedagógico é uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal para realizar nos sujeitos humanos as características de seres humanos.

Do final dos anos 1990 em diante, o movimento de renovação da Educação Física começa a se refletir nos documentos que organizam e orientam a Educação Básica no Brasil. Os novos parâmetros e diretrizes curriculares passam a expressar essa mudança.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados em 1998, alteram a concepção da Educação Física escolar, procurando “democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos” (PCN EF, 1998, p.15). Incluem como parte do processo de ensino, o diálogo entre o professor e o aluno, o que indica que o professor passe também a se avaliar e reavaliar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), ao propor orientações gerais para a organização político-pedagógica da educação básica, também vão trazer elementos novos que apontam para uma nova perspectiva de Educação Física. De acordo com o documento a proposta pedagógica deve partir do fundamento no princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, no exercício de sua autonomia e na gestão democrática, a proposta pedagógica das unidades escolares deve traduzir a proposta educativa construída coletivamente, garantida a participação efetiva da comunidade escolar e local, bem como a permanente construção da identidade entre a escola e o território no qual está inserida. Estes são apenas

dois exemplos de documentos que indicam que o trabalho pedagógico em Educação Física no ambiente escolar de fato, também precisaria ser renovado.

§ 2º A proposta pedagógica deve conter o desenho dos arranjos curriculares a serem oferecidos pela unidade escolar, bem como as estratégias para oferta de itinerários formativos. § 3º A proposta pedagógica, na sua concepção e implementação, deve considerar os estudantes e os professores como sujeitos históricos e de direitos, participantes ativos e protagonistas na sua diversidade e singularidade. (DCN, p. 13, 2018)

Com isso, a organização do Trabalho Pedagógico dos professores de Educação Física passa a se deparar com novos desafios no interior da escola, como a integração ao Projeto Político Pedagógico, planejamento contextualizado e coletivo, diálogo interdisciplinar, trabalho com temas transversais, inclusão, avaliação qualitativa e formativa, participação na gestão do ambiente escolar, novas metodologias de ensino/aprendizagem, etc.

2.3 REVISITANDO A HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

O Ensino Médio é o principal locus de investigação da presente pesquisa. Uma vez que, a mesma busca analisar o ensino da Educação Física do Ensino Médio no contexto de pandemia. Sendo assim, é necessário tecer um estudo aprofundado tendo como tema central este nível de ensino. Contudo, compreender o mesmo é de suma importância para entendermos a sua característica, especificidade, finalidade, importância para com a educação da juventude, quando a Educação Física se torna obrigatória neste ensino, e por fim buscar relacionar e dialogar com as análises obtidas do presente estudo.

Inicialmente, o Ensino Médio no Brasil passou por várias reformas, alterações e acréscimos, até ser conhecido pelo ensino que é hoje. Segundo a Unesco (2009) em uma perspectiva histórica, o Ensino Médio surge a partir de uma reforma educacional concebida pelo Ministro Francisco Campos, que organizou e regulamentou o ensino secundário para além de um ensino comercial e profissional e que pelo (Decreto nº 18.890/31) estabelece uma modernização do ensino secundário nacional. Porém, o chamado Ensino Médio que antigamente era conhecido como Ensino Secundário, era destinado exclusivamente para uma pequena parcela da população, para as elites e para as pessoas de classe média que conduziam esses estudantes para o ingresso nos cursos superiores, não rompendo com a tradição de uma educação voltada para a burguesia. Dessa forma, mesmo com a reforma no início de consolidação desse sistema de ensino no Brasil, percebe-se uma educação excludente.

No ano de 1942, ocorreu uma nova reforma em relação à educação de modo geral. Essa foi realizada com a iniciativa do ministro Gustavo Capanema, que desenvolveu uma série de

Leis Orgânicas da Educação Nacional, denominada de Reforma Capanema. Assim, para o ensino secundário, encontram-se três leis: Lei orgânica do ensino secundário, de 1942; Lei orgânica do ensino comercial, de 1943; Leis orgânicas do ensino primário, de 1946. Contudo, houve uma pequena mudança para quem a educação foi destinada, às leis orgânicas firmaram-se como objetivo de ensino secundário para formar as elites condutoras do país, a par do ensino profissional, este mais voltado para as necessidades emergentes da economia industrial e da sociedade urbana.

Nessa reforma, o ensino secundário mantinha dois ciclos: o primeiro correspondia ao curso ginasial, com duração de 4 anos, destinado a fundamentos; o segundo correspondia aos cursos clássico e científico, com duração de 3 anos, com o objetivo de consolidar a educação ministrada no ginasial. O ensino secundário, de um lado, e o ensino profissional, de outro, não se comunicavam nem propiciavam circulação de estudos, o que veio a ocorrer na década seguinte. (DCN-EM, 2012, p.18)

No decurso de 1950, ocorreu outra reforma no ensino secundário de ordem significativa. Com efeito, aconteceu a junção dos ensinos de estudos acadêmicos e os profissionais, comunicando os dois tipos de ensino. A Lei Federal nº 1.076/50 concebeu aos concluintes de cursos profissionais ingressarem em cursos superiores, desde que comprovem nível de conhecimento indispensável à realização dos referidos estudos.

Já na década seguinte, ocorre a efetivação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61). É nesse momento que de fato acontece a plena equivalência entre os cursos, com a equiparação, para todos os efeitos, do ensino profissional ao ensino propedêutico. Dez anos depois da promulgação da Lei nº 4.024/61, ocorre um novo momento decisivo para o ensino secundário, com a promulgação e reforma da lei anterior, a LDB de 1971 (Lei nº 5.692/71), dá uma nova caracterização à formação de Segundo Grau.

Preparar os estudantes para o prosseguimento de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica. O Ensino Médio, como parte da educação escolar, “[...] deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, estabelecendo uma perspectiva que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades, até então, dissociadas, para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos. (NASCIMENTO, 2007, 10).

O ensino de Segundo Grau com essa função perdurou por vinte e cinco anos. Logo depois, ocorre um novo momento decisivo. Há a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996, com várias alterações com o propósito de ressignificação da formação das populações juvenis.

Entretanto, os estudos acerca dos documentos que normatizam o Ensino Médio no Brasil (Diretrizes do Ensino Médio [1], BNCC – EM[2]) indicam que este nível escolar foi e ainda continua sendo um espaço minado em disputa. A questão da especificidade/finalidade, da

especificidade dos sujeitos do Ensino Médio, das transformações da sociedade e do mercado de trabalho, do papel das juventudes nos processos produtivos desde os anos 1990 influencia a organização do ensino médio no País.

Com isso, pode-se afirmar que a educação da juventude é cercada de desafios e embates.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define como finalidade da educação básica: “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, a última finalidade adquire uma certa especificidade no ensino médio, visa a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando. (RAMOS, 2003, p.01)

Portanto, o trabalho como contexto¹ passa a prevalecer em pontos relevantes dos documentos que transformam o Ensino de Segundo Grau em Ensino Médio.

Entendendo o contexto de inserção da última etapa da Educação Básica no bojo da reestruturação produtiva dos anos 1990, inferimos que o Ensino Médio se inclui no aparato ideológico das reformas do neoliberalismo, que mantem a tendência ao *apartheid* [3] social brasileiro. Conforme Duarte (1999) essa é uma premissa importante para entendermos os primeiros passos do Ensino Médio no Brasil.

Segundo Nascimento (2007), o Ensino de Segundo Grau, também conhecido como ensino secundário, organizava-se em dois percursos: o Segundo Grau propedêutico e o profissional, respectivamente, um com o intuito de preparar os educandos para o acesso a níveis superiores de ensino e o outro para a formação técnico-profissional, preparando o estudante para o mercado de trabalho. Dessa maneira, este nível de ensino se caracterizava pela dualidade estrutural, que estabelecia políticas educacionais diferenciadas para as camadas sociais distintas, definidas pela posição na divisão social do trabalho.

Essa dualidade estrutural reflete-se no fato de alguns estudantes terem acesso ao ensino de dos chamados conhecimentos gerais e outros apenas aos conhecimentos específicos e úteis à profissão. Segundo Kuenzer (1997) isso se dava no contexto em que somente se validavam como possibilidade de acesso ao nível superior os cursos propedêuticos, os únicos que se ocupavam com o domínio dos conteúdos gerais, das ciências, das letras e das humanidades. Os alunos dos cursos profissionalizantes não tinham acesso a todos esses conhecimentos. Então, a educação do Ensino Médio que se anuncia na Constituição de 1988 como é um direito de todos, tenta romper com essa lógica.

¹ A concepção do trabalho como contexto correlata de cidadania: diante da instabilidade social contemporânea, a cidadania não é resgatada como valor universal, mas como a cidadania possível, conquistada de acordo com o alcance dos próprios projetos individuais e segundo os valores que permitam uma sociabilidade pacífica e adequada aos padrões produtivos e culturais contemporâneos.

Segundo Ramos (2003), o Ensino Médio tenta quebrar essa dualidade. Infere-se que o contexto passa a ser predominante em detrimento a ideia de princípio educativo. Tem-se o trabalho como ponto de partida.

A legislação frente a essa natureza dialética do trabalho, a LDB, particularmente nos artigos 35 e 36, nos afirma que o trabalho é tomado como princípio educativo da educação básica. Aproximando-se à ideia defendida pelos teóricos da politecnia de que, enquanto no ensino fundamental o trabalho aparece de forma implícita, isto é, em função da incorporação de exigências mais genéricas da vida em sociedade, no ensino médio os mecanismos que caracterizam o processo de trabalho devam ser explicitados. (RAMOS, 2003, p.06)

Em vista disso, a compreensão do trabalho como princípio educativo está cada vez mais explícito na orientação do ensino médio, ainda que o trabalho em alguns momentos assumido como princípio educativo na perspectiva do capital, em outros, na perspectiva do trabalhador. Nessa nova concepção de ensino médio, preocupada com a explicitação do modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva ou em princípio ontológico, a ciência e a cultura tornaram-se elementos imprescindíveis da formação da juventude.

Estudiosos que historicamente lutaram por uma superação do Ensino Médio dualístico, assumem a defesa da ideia de que o trabalho, a ciência e a cultura, precisam ser princípios estruturantes do currículo da juventude.

O Ensino Médio deve conceber a juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes. (DCN –EM, 2012, p. 20)

Com essa finalidade, o ensino médio, ao invés da dicotomia entre formação superior ou profissionalização precoce, busca constituir-se em tempo e espaço de ações criativas e criadoras, pelo menos em tese.

A especificidade do ensino médio, passa a dar ênfase à preparação do educando para a vida. A LDB de 1996, além de estabelecer a obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio, determina uma base nacional comum e uma parte diversificada para a organização do currículo escolar, redimensionou e integrou as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica, instituindo outra possibilidade do Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica, cria o FUNDEF e o ENEM, e, estabelece as condições para uma nova perspectiva de formação em nível médio.

Por consequência, com essa nova reformulação o Ensino Médio passa a ter financiamento e propostas didático-pedagógicas bem distintas do ensino de segundo grau. O Parecer CEB/CNE n° 15/98 (de 1° de junho de 1998. MEC/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica) e a Resolução CEB/CNE n° 3/98 (de 26 de junho de 1998), instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e promove as mudanças.

Uma nova formulação curricular incluindo competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos coerentes com os princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, e também os princípios de interdisciplinaridade e contextualização, adotados como estruturadores do currículo do Ensino Médio, visa à construção de um Ensino Médio que apresenta uma unidade e que possa atender a diversidade mediante o oferecimento de diferentes formas de organização curricular, o fortalecimento do projeto político pedagógico e a criação das condições para a necessária discussão sobre a organização do trabalho pedagógico (DCN –EM, 2012, p.20)

Com as novas diretrizes modula-se uma nova forma de pensar o ensino de Nível Médio. A começar, pela organização curricular em dois núcleos distintos e articulados. Núcleo Comum e Núcleo Diversificado. A base comum é organizada em quatro áreas de conhecimento: Linguagem e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências humanas e suas tecnologias.

Art. 8° O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber: I – Linguagens – língua portuguesa; língua materna; língua estrangeira; Arte e Educação Física; II - Matemática; III - Ciências da Natureza - Biologia, Física e Química; IV - Ciências Humanas - História, Geografia, Filosofia e Sociologia. (DCN-EM, 2012, p.02)

Os componentes curriculares são redimensionados como integrantes de uma dessas áreas. A parte diversificada ocupa 25% da carga horária total, essa parte é uma política que se insere na base nacional comum, sendo também normativa e precária no sentido de garantir que as instituições escolares “implementem” suas próprias propostas curriculares tomando a cultura como elemento central. Entretanto, com essa divisão percebe-se que os blocos de disciplinas constituem blocos distintos, pois, a parte diversificada possui uma carga horária menor do que as disciplinas ofertadas no bloco da base comum, ou seja, disciplinas de cunho comum são mais interessantes e devem estar no ensino dos jovens de forma aprofundada do que as demais e ainda a parte diversificada os alunos devem escolher disciplinas ligadas ao cunho itinerário dado com o contexto em que o indivíduo vive, outras disciplinas deve ter “caráter interdisciplinar e deve ainda levar em conta o contexto e o mundo produtivo.

As Diretrizes para o Ensino Médio apresentam reformulações em relação a organização curricular e as formas de oferta. Assim, os conhecimentos não devem constituir-se em blocos distintos, pois, o intuito de se ter o conhecimento todo integrado, é para garantir uma formação de fato que considere a diversidade e a totalidade do ser humano.

Infere-se, que a orientação contida nas diretrizes visa à construção de um Ensino Médio que apresenta uma unidade e que possa atender a diversidade mediante o oferecimento de diferentes formas de estruturação curricular.

Nessa concepção de organização do ensino médio, a relação Trabalho-Educação ganha grande importância, como alternativa ao ensino dicotomizado. Assim, o ensino médio como parte da educação escolar tem a premissa de vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, estabelecendo uma perspectiva que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades, até então, dissociadas, para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos, propondo uma escola unitária. Isso vem com o propósito de romper com a lógica do segundo grau para e pelo mercado de trabalho.

As Diretrizes foram desenvolvidas com um novo intuito de escola, oferecer uma formação integral do sujeito, evitando a preparação limitada para o mercado de trabalho ou para o vestibular.

O Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, especificamente quanto ao Ensino Médio, reiteram que é etapa final do processo formativo da Educação Básica e indicam que deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas. A definição e a gestão do currículo inscrevem-se em uma lógica que se dirige, predominantemente, aos jovens, considerando suas singularidades, que se situam em um tempo determinado. Os sistemas educativos devem prever currículos flexíveis, com diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher o percurso formativo que atenda seus interesses, necessidades e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito, até a conclusão da Educação Básica. (DCN-EM, 2012, 20)

Considerando o balanço feito até aqui, percebe-se que a Lei 9.934/96 representou a busca de uma nova identidade para a formação das juventudes. O desafio do ensino médio passou a ser a inovação na forma de ensinar, o desenvolvimento de uma escola da autonomia intelectual e da elevação do pensamento. Portanto, uma nova forma de organização curricular, de trato pedagógico dos conhecimentos e principalmente, a busca por uma escola unitária com integração entre educação e as dimensões do mundo do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Dessa forma, é evidente o grande avanço da educação das juventudes com as novas diretrizes, dando a possibilidade de pensar a escola a partir de sua própria realidade.

A institucionalização do ensino médio integrado à educação profissional rompe com a dualidade que historicamente separou os estudos preparatórios para a educação superior da formação profissional no Brasil e deverá contribuir com a melhoria da qualidade nessa etapa final da educação básica. (BRASIL, 2006, p. 05)

Assim, ocorre um movimento para renovar o ensino médio em sua perspectiva de trabalho pedagógico. As ideias de organização coletiva, de construção partilhada, inclusive com os estudantes, em contraponto à prescrição tornam-se questões a serem resolvidas pelas

comunidades escolares. Torna-se crucial que as escolas, desenvolvam projetos político-pedagógicos que debruçam em questões que permitam ressignificar a instituição.

Assim, para o desenvolvimento do projeto da escola é de suma importância debater questões como: Que características socioeconômico-culturais possuem os jovens que frequentam as escolas de Ensino Médio? Que representações a escola, seus professores e dirigentes fazem dos estudantes? A escola conhece seus estudantes? Quais os pontos de proximidade e distanciamento entre os sujeitos das escolas (estudantes e professores particularmente)? Quais sentidos e significados esses jovens têm atribuído à experiência escolar? Que relações se podem observar entre jovens, escola e sociabilidade? Quais experiências os jovens constroem fora do espaço escolar? Como os jovens interagem com a diversidade? Que representações fazem diante de situações que têm sido alvo de preconceito? Como ocorre a prática docente? (DCN-EM, 2012, p. 2022)

O documento “Orientação para o Ensino Médio” da Secretaria de Educação Básica, por meio do Departamento de Políticas de Ensino Médio busca incentivar a comunidade escolar a participar da prática cotidiana e das reflexões permanentes das instituições de ensino acerca de suas crenças e valores.

A formação dos indivíduos é hoje atravessada por um número crescente de elementos. Se antes ela se produzia, predominantemente, no espaço circunscrito pela família, pela escola e pela igreja, em meio a uma razoável homogeneidade de valores, muitas outras instituições, hoje, participam desse jogo, apresentando formas de ser e de viver heterogêneas. A identidade juvenil é determinada para além de uma idade biológica ou psicológica, mas situa-se em processo de contínua transformação individual e coletiva, a partir do que se reconhece que o sujeito do Ensino Médio é constituído e constituinte da ordem social, ao mesmo tempo em que, como demonstram os comportamentos juvenis, preservam autonomia relativa quanto a essa ordem. (DCN-EM, 2012, p.21)

Assim, percebe-se que os professores do Ensino Médio são mobilizados a irem além de transmissão de conhecimentos e preparação dos estudantes para o mercado de trabalho. A juventude passa a ser concebida como um processo mais amplo de constituição de sujeitos.

No ano de 2016, ocorre uma nova organização no cenário educacional. Isso se deve a reforma da educação a partir da Lei 13.415/2017, pensada durante o Governo Temer, desenvolvida por interesse de uma fração da classe empresarial, do “movimento direita para o social” (composta por empresários, bancário e de serviços). De fato, essa nova reorganização da educação, se consolida no ano posterior ao seu desenvolvimento, devido a percepção de uma estagnação dos índices de desempenho dos estudantes brasileiros, onde o Ensino Médio ganha destaque, sendo o nível de ensino com mais taxas de abandono, reprovação e distorção de idade e série. Isso torna-se palco de discussão na educação e a nova lei em debate se vê num campo fecundo para sua promulgação e a partir desses problemas, justifica o quão é importante essa nova reforma entrar em vigor.

Segundo Neira (2018), a nova reforma do Ensino Médio se dá por um documento norteador, a BNCC. A mesma foi criada e desenvolvida por um regime antidemocrático liderado por conservadores e sistemas empresariais, em que conservadores visionam a educação

de uma maneira e os empresários visionam de outra. Assim, nesse cenário a reforma da educação foi aprovada, a Resolução CNE/CP nº 2/2017, “Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica”. Este novo documento base para toda Educação Básica brasileira, foi aprovado com o intuito de oferecer uma aprendizagem de qualidade e ser um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas de ensino da Educação Básica. Assim como, um dos níveis de ensino que a BNCC busca melhorar e desenvolver uma educação de qualidade é o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes.

Posto isso, no decurso do ano de 2018, se tem o parecer homologado com a Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM). De acordo com o parecer da BNCC, há um novo Ensino Médio. O ensino possui uma carga horária maior, dividindo em duas partes: a BNCC (1800h) e o itinerário formativo (1200h). Respectivamente, a BNCC garante uma formação geral para todos os alunos, para isso ela define competências e habilidades que todo estudante deve desenvolver.

A competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p.07)

É necessário dar ênfase na definição de competências, pois ela causa a grande mudança na organização curricular do Ensino Médio. Em vez de ter várias disciplinas que tornam o dia-a-dia na escola cansativo, uma verdadeira via “tediosa”, com o quadro de horários cheios com aulas de uma em uma hora e cada hora uma disciplina diferente não existirá mais e com uma grade de horários totalmente reformulados, com o aluno deslocando da escola para empresa/indústria de acordo com cada planejamento da escola. O aluno irá aprender por área de conhecimento, por exemplo, disciplinas obrigatórias: português e matemática, já as outras são diluídas em quatro áreas conhecidas, as quatro áreas do ENEM: linguagens (Artes, Educação Física, Inglês, Português); Matemática; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia, Filosofia). Já o restante da carga horária é destinado para o itinerário formativo, permitindo ao aluno escolher quais as áreas com que ele mais se identifica para se aprofundar, além da formação geral, sendo cinco itinerários que correspondem às quatro áreas de conhecimento já citadas e a formação técnica e profissional. A formação técnica ocorre por meio de parcerias com empresas que ofertam cursos técnicos.

Portanto, essa nova organização curricular do Ensino Médio da BNCC, enxerga uma grande vantagem para o ensino da juventude. Além de sair da escola com a preparação para prestar vestibular, o aluno sairá com uma ocupação que abre porta para os mercados de trabalhos, isso advindo com a nova estrutura de ensino médio. O funcionamento com a nova lei ocorrerá como exposto acima.

Nota-se que essa nova resolução evidencia a retomada dos princípios tecnocráticos, consubstanciados na prioridade concedida à racionalidade técnica em detrimento da criticidade. Também deixa claro que após 2016 todo o processo histórico de renovação do Ensino Médio, que vinha sendo construído desde 2016 é quebrado em função da Lei 13.415 que cria a BNCC e o novo Ensino Médio

Assim, o movimento renovador do ensino médio se vê por água abaixo com essa nova aprovação, pois, na educação a didática instrumental prevalece mais do que a didática problematizadora. A educação se consolida numa vertente da teoria pedagógica tecnicista, com o intuito de desenvolver os termos contidos na BNCC – competências e habilidades. Infere-se que a educação tecnicista ganha força no novo modelo educacional para o ensino médio, realizado pelos empreendedores da educação, constando mais problemas do que qualidades.

A BNCC encontra-se no bojo das contrarreformas, que expressam e consolidam o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antinacional, antipovo, antieducação pública, que condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entenderem e dominarem como funciona o mundo das coisas e a sociedade (MOTTA e FRIGOTTO, 2017).

É evidente, como tratam a educação do ensino médio, como um negócio na lógica empresarial e não uma política pública de educação oferecida pelo Estado. Infere-se que a política educacional em curso no Brasil tem por objeto a consolidação de um determinado projeto de sociedade em que a educação se pauta de acordo com a visão que se tem dos sujeitos que nela vive, assim cabe aos marcos legais da mesma desenvolverem suas especificidades para com o desenvolvimento, assim a educação pode formar sujeitos: acríticos, reprodutor, transformador, crítico e submisso.

Depois de revisar o Ensino Médio, o mesmo nos possibilita afirmar que ele desde a sua origem até os dias atuais é um espaço que possui mais inconsistências e incoerências do que um espaço de consolidação de uma educação de qualidade para a juventude. Apesar das reformas e dos marcos legais desenvolvidos, o grande consenso hoje, não é a desvinculação ou mesmo a superação da relação Ensino Médio-Trabalho-Educação. O grande desafio hoje é construir um ensino médio que vincule Trabalho-Educação.

Historicamente, a linha central das políticas para o ensino médio tem sido organizada em torno da relação capital e trabalho, atendendo em geral os interesses do capital.

Por este motivo, a legislação recente mantém a lógica da escola estruturalmente dualista. (NASCIMENTO, 2007, p.11)

Por fim, analisar a história do Ensino Médio também nos revela que a Educação Física nesse nível de ensino, surge como obrigatoriedade na lógica de reforçar mais ainda a escola estruturalmente dualista. Em 1971, com a reforma educacional ocorreram mudanças em relação ao papel da Educação Física, nessa mudança a mesma tornou-se obrigatória em todos os níveis e ramos de escolarização. Agora, cabe tecermos um pouco mais sobre a Educação Física no Ensino Médio e como essa área do conhecimento se consolida na educação da juventude.

2.3.1 A organização da Educação Física no Ensino Médio

A proposição de historicizar o Ensino Médio no Brasil, tem total relevância para esse estudo em função do que propomos tecer adiante. Entendendo que a educação dos jovens sempre foi um campo minado de intenções controversas, avanços e retrocessos, urge a necessidade de analisar como tem sido o esforço de organizar a Educação Física no Ensino Médio, uma vez que a compreensão dos determinantes da inserção da mesma nesse espaço educativo formal nos auxilia na compreensão de sua especificidade e seu papel na educação dos jovens.

O ponto de partida para entendermos a educação da juventude é no século XX, dos anos setenta em diante mais precisamente em 1971, com o advento da lei de reforma do ensino de Segundo Grau, após a ditadura militar, quando a Educação Física entra em jogo como componente curricular.

A Educação Física no Ensino médio, passa a ganhar notoriedade a partir dos anos setenta. Isso se dá com a reforma educacional, ocorrida em 1971, que a torna obrigatória como disciplina curricular em todos os níveis e ramos de escolarização, “só seria facultativa ao aluno caso o mesmo estudasse em período noturno e trabalhasse mais de 6 horas diárias; tivesse mais de 30 anos de idade; estivesse prestando Serviço Militar; ou se estivesse fisicamente incapacitado (CASTELLANI FILHO, 1998). Percebe-se que a educação física surge nesta etapa de ensino, justamente, na década de 70, em que a mesma adentrava no currículo escolar com o desenvolvimento de aptidão física.

Segundo Kunz (2001), a Educação Física escolar passa a ser sistematizada e balizada pelo parâmetro da aptidão física, sendo uma metodologia de ensino altamente enraizada e pragmática. Assim, o esporte, com a junção da pedagogia tecnicista que vigorava na época, encontra um campo fecundo na escola.

O conhecimento que se pretende que o aluno apreenda é o exercício de atividades corporais que lhe permitam atingir o máximo rendimento de sua capacidade física. Os conteúdos são selecionados de acordo com a perspectiva do conhecimento que a escola elege para apresentar ao aluno. O esporte é selecionado porque possibilita o exercício do alto rendimento e, por isso, as modalidades esportivas selecionadas são geralmente as mais conhecidas e que desfrutam de prestígio social, como, por exemplo, futebol, voleibol, basquetebol etc. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.24)

Assim, a Educação Física tomada pelos militares e principalmente pelos governos militares nas décadas de 60 e 70, se prende aos esportes e a mecanização de movimentos motores. Isto sendo parte do processo de controle social dos militares do período, trazendo implicações no trato pedagógico da Educação Física escolar e a mesma passa a cumprir o papel que lhe foi designado a partir de sua criação na Inglaterra como uma forma de controle social utilizando-se principalmente da questão atrativa do movimento para impor a obediência sistemática às regras, não cabendo nenhuma forma de questionamento. Contudo, o delineamento da Educação Física como área de conhecimento passa a ter suas funções e possibilidades na escola e na sociedade com esse caráter.

Assim, o advento da esportivização moldou a Educação Física escolar nesta época, como método e princípio orientador das práticas pedagógicas, assim se tinha modelos de aulas que eram, sobretudo iniciação e/ou treinamento esportivo. No caso do Ensino de Segundo Grau, conforme as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), ficou configurada a necessidade de superação das aulas pautadas em: a) ensino de gestos determinados pela performance de alguns atletas; b) fixação do gesto, assimilado pela repetição; c) aprimoramento técnico, a hegemonia da esportivização, que ao longo da história desempenhou papéis distintos, muitas das vezes a serviço da indústria cultural e tático; d) formação de equipes para competições.

Para a formação dos jovens torna-se necessário transmitir valores para a obediência, respeito às normas e à hierarquia, no sentido de adestrá-lo através da educação formal. Segundo Lei de Diretrizes e Base Nacional da Educação de 1971, o objetivo da educação física para a formação da juventude estava atrelado nas seguintes características: três sessões semanais, organizadas no contra turno e com segregação de gêneros.

Dos anos noventa em diante, essa perspectiva de educação passa a ser colocada em xeque, começa a produzir e elaborar novos entendimentos de formação da juventude, principalmente, surgindo uma outra concepção de Educação Física do Ensino Médio e a ideia de Ensino de Segundo Grau, passa a ser substituído pela ideia de um novo ensino médio, apontando para uma outra perspectiva e fazendo crítica em relação a perspectiva anterior,

conforme um documento norteador chamado, “Orientações Curriculares para o Ensino Médio” (2006), documento este que surge apontando para um novo sentido.

Essa forma esportiva de tratar os conteúdos acabou por transformar a competição como princípio das relações educativas. A competição ganhou tal força como se essa fosse a única maneira de promover a formação das pessoas, em especial dos jovens a partir da educação física. (BRASIL, 2006, 231)

Por conseguinte, percebe-se que a Educação Física adentra o ensino de Segundo Grau na lógica de reforçar a escola estruturalmente dualista. Segundo Gonçalves (1997), a Educação Física, do mesmo modo que a educação, representou diferentes papéis, obteve diferentes significados, de acordo com o momento histórico, e tem sido utilizada, muitas vezes, como mecanismo de poder, para veicular questões ideológicas dominantes.

Posto isso, percebe-se que inicialmente a Educação Física no ensino de Segundo Grau na década de 1970, tinha o sentido de corroborar com o contexto de educação que ali se formava e com o contexto de ensino em construção, de caráter voltado para formação técnica, preparatória e específica. Onde usavam uma prática tida como hegemônica a partir de um dos conteúdos da educação física de forma imediata e linear, não dando caráter formativo para o sujeito do ensino-aprendizagem.

Contudo, os adolescentes e jovens eram vistos com especificidades próprias que estavam restritas às dimensões biológica e etária. A partir disso, a proposição de educação era no sentido homogeneizante e naturalizada do estudante e a educação física entra na escola com esse viés.

De acordo com as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006), vários papéis foram atribuídos à educação física na escola, como: preparação do corpo do aluno para o mundo do trabalho; eugeniação e assepsia do corpo, buscando uma “raça forte e enérgica”; formação de atletas; terapia psicomotora; e até como instrumento de disciplinarização e interdição do corpo. Conforme isso, a educação física como área de conhecimento no ambiente escolar obteve uma multiplicidade de usos. Assim a princípio, o trabalho pedagógico do professor de Educação Física no Ensino Médio esteve atrelado a essas funções.

O ensino de Segundo Grau como uma etapa da formação básica especificamente é pensado para uma única juventude e não juventudes, se pensa a partir do recorte cronológico para a vida adulta, logo não se propunham em pensar, “quem são esses alunos jovens? O que eles buscam e esperam da escola? Que espaços os jovens encontram nas escolas para se reconhecerem além da condição “ser-aluno”? Que espaços de participação social, cultural e política esses jovens possuem dentro e fora da escola” (BRASIL, 2006, p.221). Diante disso, a

educação física era limitada e ainda sofria grandes retaliações advindas da própria comunidade escolar sobre sua função, papel, importância e sentido na escola do ensino médio.

Podemos afirmar que a Educação Física foi e é, ao longo da história da educação brasileira, palco de debates e conflitos acerca do seu papel nas escolas, especialmente quando se trata do Ensino Médio e da definição da especificidade e da importância do Componente Curricular na formação dos jovens.

Em vista disso, abriu-se um campo fecundo de discussão em relação a sua legitimação na escola. O conhecimento de Educação Física no Ensino Médio, se consolida como componente curricular como os demais, num momento em que a disciplina é objeto de intensas críticas em função de suas práticas hegemônicas. Sua função social era voltada para a disciplinarização e o condicionamento do corpo com pressupostos teóricos e afirmações de ações no campo biofisiológico. Por isso, a mesma é questionada sobre a sua identidade, sobre sua concepção de trabalho pedagógico.

A partir dos anos de 1980 e 1990, com o processo de redemocratização, há mudanças ocorridas na educação brasileira, advindas do movimento de renovação, tendo como discussão redescobrir o sentido da educação e reconstruí-la com qualidade e equidade para todos. Sendo assim, o ensino médio passa por essas reformas, mudanças essa que surgem como resposta à concepção de Escolarização do Ensino de Segundo Grau, assim como os componentes curriculares contidos nele são postos em xeque, um deles sendo a educação física, que até então corroborava com a especificidade da formação dos jovens num universo esportivo. Assim, a construção do Ensino Médio se dá por reformas de políticas educacionais, que procuraram uma nova natureza do mesmo.

A nova natureza do Ensino Médio constitui-se a partir da superação de um modelo dual e elitista de escolas que ainda vigora, modelo esse pautado por uma educação propedêutica, preparatória para o vestibular para alguns e preparatória para a entrada acrítica no mundo do trabalho para outros, exclusividade para os mais pobres. (BRASIL, 2006, p. 223)

Nitidamente, com um novo Ensino Médio em debate, o caráter da Educação Física também sofre mudanças. De acordo com Santos *et al* (2018), com esse cenário o Ensino Médio passa a ter um caráter de formação geral, exigindo menos conhecimentos específicos como antes e mais conhecimentos interdisciplinares. Dessa forma, pensar a prática dos componentes curriculares se torna necessário.

Dessa maneira, a educação física na escola de Ensino Médio passa a ser reconstruída. Com a nova LDB, a Educação Física passou a ser um componente curricular como qualquer outra disciplina, trazendo consigo uma série de mudanças, relacionadas à

estrutura didática e autonomia dada às escolas e sistemas de ensino, e ainda o enfoque dado à formação do cidadão. De fato, temos uma grande parcela significativa do movimento renovador da educação física que contribui para esse avanço. O Componente Curricular é integrado à educação básica.

Somente por meio da Lei n.º 10.328/01 a Educação Física adquiriu o status de componente curricular obrigatório da Educação Básica, passando a ser equiparada às demais disciplinas obrigatórias. Uma nova alteração foi feita pela lei nº 10.793/03, permitindo a prática facultativa da Educação Física em casos específicos (BRASIL, 2003)

Assim, a perspectiva de Cultura Corporal incorpora os conhecimentos específicos da área, o desenvolvimento das habilidades motoras e passa incluir a formação ética dos alunos, como objetivo da Educação Física escolar. Sendo assim, passa-se a defender que quando a educação física entra no ambiente escolar não pode ater-se à reprodução de movimentos físicos.

Antes da especificidade do componente curricular, esse profissional é educador, e não somente do educador do físico (o ser humano é uma unidade). Não se torna oportuno, então, ignorar reflexões presentes aos indivíduos participantes do processo educativo escolar, tais como, “esportivização” das atividades corporais; influências da mídia sobre o corpo/imagem corporal (LEMOS, SOUZA e LEMOS, 2008).

Contudo, percebe-se que a inclusão da Educação Física na LDB de 96, trouxe um retrato de inquietações. Desde então, abre-se uma grande luta para que o Componente Curricular se consolide de fato como parte integrante do Ensino Médio. Como passar a fazer parte da proposta pedagógica da escola torna-se o grande problema da Educação Física no Ensino Médio.

Desde a LDB de 1996, este dilema permanece. As primeiras Diretrizes curriculares do Ensino Médio, após a nova lei da educação, incluem a Educação Física na área das linguagens e reconfigura o sentido de trabalho pedagógico do Componente. Dentro dessa área ela deverá se agrupar e trabalhar com questões ampliadas e não somente com conteúdos isolados e específicos. O problema que surge é como fazer isso?

A pedagogia Crítico Superadora traz a perspectiva da Cultura Corporal como ponto de partida ao propor uma perspectiva que supere o processo de esportivização da educação física nas escolas. Segundo Rosa e Krug (2009), construir o conhecimento sobre a cultura corporal, implica oportunizar ao indivíduo vivenciar de forma crítica, participativa, e acima de tudo reflexiva, a diversidade da cultura corporal (dança, jogos, recreação, esporte, ginástica, etc.). Através das relações que o indivíduo estabelece entre essas vivências e estas, com outros saberes que adquire, torna-se capaz de apropriar-se da cultura corporal a ser desenvolvida na prática pedagógica escolar.

Essa inovação traz implicações para a metodologia do ensino da Educação Física no Ensino Médio, que a partir de então deve contrapor à ideologia da aptidão física a perspectiva de uma cultura corporal.

Os alunos que participam e realizam as aulas de educação física no ensino médio são sujeitos socioculturais. O que isso significa? Inicialmente, significa superarmos uma certa visão estereotipada da noção de “alunos”, buscando dar lhes outro significado. O desafio é buscar entender esses alunos/as na sua condição de jovens, compreendendo-os nas suas diferenças, percebendo-os como sujeitos que se constituem como tal a partir de uma trajetória histórica, por vezes com visões de mundo, valores, sentimentos, emoções, comportamentos, projetos de mundo bastante peculiares. (BRASIL, 2006, p.220)

Nesse sentido, as práticas corporais não devem ser limitadas a um ensino homogeneizante e naturalizado, com apenas um aspecto e uma vivência, uma vez que a forma como que cada um dos jovens enxerga a escola e suas possibilidades de exercícios de práticas corporais são várias. Como forma de ascensão social; como espaço de encontro, local de expressão e troca de afetos; como lugar de tédio e de rotinas sem sentido, entre outros, que de uma forma ou outra traz uma formação.

O Ensino Médio deve ser entendido como uma etapa da formação básica especificamente pensada para alunos cujo perfil não se define tão-somente pelo recorte cronológico da juventude ou da vida adulta, mas também por características socioculturais que possam definir o sentido que esses mesmos dão às experiências vivenciadas na escola. (BRASIL, 2006, 221)

Ancorado nessa concepção de Ensino Médio, a Educação Física pautada e desenvolvida pelo viés da aptidão física e tendo como trato do conhecimento a pedagogia da esportivização, jamais conseguirá desenvolver a partir de suas características uma formação que possibilite formação integral à juventude.

De acordo com as Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006), a educação física passa a ter um papel importantíssimo na formação desses estudantes, mas sua prática pedagógica precisa ser refletida, “um dos papéis da Educação Física é compreender e discutir junto a esses jovens os valores e significados que estão por trás dessas práticas corporais” (BRASIL, 2006, p. 223)

O desafio de primeira hora passa a ser a disciplina se transformar num componente curricular que privilegie a movimentação dos jovens no sentido oposto ao discurso da competição de mercado, aos modismos acerca do corpo e às práticas prontas e vendidas. (BRASIL, 2006, p. 223)

Segundo Bracht (2001), durante muito tempo, a Educação Física nesta etapa final da Educação Básica era enviesada por um único sentido, a importância da aptidão física para a produtividade no trabalho, a relação do Estado para com as questões da saúde e a predominância da visão médica do corpo. Mas agora, a mesma supera essa concepção e adentra numa conjuntura completamente diferenciada e voltada por meio das mudanças sociais e econômicas. A Educação Física no Ensino Médio possibilita aos estudantes o processo de síntese de experiências, vivências e aprendizagens de novos sentidos e significados nessa etapa formativa. Como traz o documento, Orientações Curriculares do Ensino Médio (2006), que apontam

claramente que esta área redescobriu um novo sentido no espaço escolar, principalmente, no ensino médio, que antes não se encontrava importância na formação dos jovens ou eram altamente reproduzidas e estereotipadas e esse novo sentido se dá pela leitura do mundo através da cultura corporal do movimento.

A leitura da realidade pelas práticas corporais permite fazer com que essas se tornem “chaves de leitura do mundo”. As práticas corporais dos sujeitos passam a ser mais uma linguagem, nem melhor nem pior do que as outras na leitura do real, apenas diferentes e com métodos e técnicas particulares. Pode-se dialogar em uma aula de Educação Física com outras linguagens, como a escrita e a audiovisual. Porém, as práticas corporais possuem valores nelas mesmas, sem a necessidade de serem “traduzidas” para outras linguagens para obter o seu reconhecimento. Estão diretamente ligadas a uma formação estética, à sensibilidade dos alunos. Por meio do movimento expressado pelas práticas corporais, os jovens retratam os valores em que eles vivem: seus valores culturais, sentimentos, preconceitos, etc. Também “escrevem” nesse mesmo mundo suas marcas culturais, construindo os lugares de moças e rapazes na dinâmica cultural. Por vezes, acabam eles próprios se tornando “modelos culturais”, nos quais uma certa “ideia de juventude” passa a ser experimentada, copiada e também vivida por outras gerações (BRASIL, 2006, p.218).

Portanto, a Educação Física como componente curricular do ensino regular entre os anos de 1996 até 2016, se manteve nesse cenário. De 2016 em diante, projeta-se um novo ensino médio no Brasil, uma outra correlação de forças que abala sua organização e a organização da educação física como disciplina, que já vinha sendo abalada nos anos anteriores, se abala mais ainda.

Imediatamente com o Golpe de 2016, com a retirada da Dilma Rousseff do poder da sociedade brasileira, acontece uma nova organização, principalmente, na área da educação. Com o novo Governo Federal, o mesmo encaminha ao Congresso Nacional, de forma autoritária, a medida provisória (MP) nº 746/2016 que ficou conhecida como “MP da Reforma do Ensino Médio”. De fato, esse movimento entra no governo com a prioridade em reformar o ensino médio de imediato, infere-se que a reforma, fazia parte junto do protocolo que estavam sendo travados e barrados pelo governo anterior, assim sem o empecilho, a mesma se consolida. Dessa forma, é necessário analisarmos esse novo propósito de ensino, uma vez que quando decretado muitas críticas foram endereçadas, sobretudo, se a mesma trará avanços ou retrocessos ao modelo de formação.

Segundo Gariglio *et al* (2017), o novo Ensino Médio aponta para um retrocesso, pois retoma a ideia de um modelo dualista de formação, oposta a ideia da formação de educação integral. Contestando o que preconiza, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), assim como a Educação Física não foge desse decréscimo frente a educação atual, a presença da mesma é questionada e sua permanência como componente curricular obrigatório se vê altamente ameaçada.

No tocante ao campo da Educação Física, fomos surpreendidos com a possibilidade de supressão desse componente curricular no Ensino Médio que se materializaram na não obrigatoriedade do mesmo em parte do trajeto formativo dos estudantes, fato que mobilizou um debate significativo em diferentes instâncias e contextos. (GARIGLIO, JUNIOR E OLIVEIRA, 2017, p.03)

Desde a primeira versão dessa reforma, a Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio, apontava apenas os componentes curriculares de Matemática, português e Inglês como obrigatórios. Já as demais e seus respectivos conteúdos seriam definidos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Entretanto, pelas várias questões polêmicas já discutidas desde de sua proclamada, os componentes curriculares de Arte, Educação Física, Filosofia e Sociologia deixariam de ser obrigatórios, com a criação do Ensino Médio integral, a educação física já estaria fora do currículo do ensino médio, só não saiu por uma luta intensa. No caso específico da Educação Física, ela não vai ser obrigatória nos três anos do ensino médio, ou seja, não vai ser obrigatória durante todo os três anos de ensino, com esse o processo abre caminho para a exclusão, posteriormente, a frágil reinserção da educação física em parte dessa etapa formativa da educação básica nos chama para a retomada da discussão sobre a legitimidade desse componente curricular no Ensino Médio.

Nitidamente, o novo Ensino Médio pretende, enxugar do currículo matérias importantes no processo de realização e criação do pensamento crítico e do processo humano do aluno. Uma vez que, para isso acontecer ocorre a retirada das mesmas como componente curricular, assim tendo um empobrecimento no ensino-aprendizagem, como está sendo presenciado. Porém, como a Educação Física ficou fora do interesse de uma educação voltada para a perspectiva instrumental, tendo em vista, que a condição de legitimação da mesma se deu neste contexto. A princípio, isso se deve, ao trato pedagógico da mesma, quando pautada na concepção progressista e ao se situar no campo das linguagens, que é bem diferente de uma visão meramente instrumental de relação com as práticas corporais em detrimento da concepção conservadora.

A Educação Física, por tratar pedagogicamente, na escola, de saberes vinculados mais fortemente ao universo da experiência comum e do cotidiano (jogos, danças, esportes, ginástica) do que de conhecimentos advindos de disciplinas acadêmico-científicas, ou, então, de forma mais geral, de saberes de caráter teórico-conceitual (abstratos); pela relação estreita dos seus saberes com o espaço/tempo do mundo do lazer (prática social essa com menos status comparativamente com o mundo do trabalho); e por ser uma ação pedagógica impregnada de experiências estéticas (corporais, grupais, relacionais, comunicativas, vivências essas de difícil codificação e avaliação da aprendizagem individual dos alunos) acaba por enfrentar grandes dificuldades de legitimação e reconhecimento no currículo escolar, sobretudo em um cenário educacional no qual a “boa educação” significa ter boas notas em Português, Matemática e Inglês. (GARIGLIO *et al*, 2017, p.03)

Porém, atualmente, o que vemos é um movimento de desmonte contra esse componente curricular na educação para reerguer uma ponte para o passado. É nítido como a Lei 13.415/17

(BNCC), traz graves implicações para a educação física como uma área do conhecimento escolar. Segundo Bastos *et al* (2017), é notório que a implementação da BNCC se dá de forma negativa tanto na formação do professor como no trabalho docente para com esse componente curricular, principalmente, no ensino médio, pois tornar-se-á irrelevante perante outras disciplinas no currículo escolar, pois, diferentemente de português e matemática, não está claro em que momento dos três anos a educação física será obrigatória; ocorre o retorno da valorização de conteúdos técnicos-esportivos, por conta do ambiente técnico-profissionalizante que se pretende nas escolas públicas, a partir dos itinerários-formativos; desvalorização de conhecimentos relacionados às ciências humanas; poderá haver uma redução significativa da carga horária e da remuneração dos professores. Ademais, é perceptível a falta de prestígio da mesma como área do campo escolar e com essa organização, reforçará mais ainda esse viés.

Corre o risco de o trabalho do professor voltar a ser comparado ao de treinador, por conta da retomada da concepção tecnicista/esportivista como proposta orientadora de sua ação pedagógica, isso porque o discurso técnico-profissionalizante, muito comum nas décadas de 1960 a 1980, passará a ser estimulado pelo discurso oficial nas escolas públicas. (BASTOS *et al*, 2017, p.12)

Frente a isso, entende-se que a organização da Educação Física no Ensino Médio sempre esteve atrelada a um velho dilema entre: a presença e a permanência da mesma como componente e este velho problema volta à tona nos dias atuais. Percebe-se que para a legitimação da Educação Física se dá na necessidade do enfrentamento entre uma outra escolarização e uma outra sociedade, pois, na sociedade atual ela está condicionada pela emergência da ordem social, que sempre a viu pelos ditames da lógica de mercado e por uma racionalidade puramente tecnicista e instrumental. Ademais, as mudanças ocorridas no Ensino Médio retomam um dualismo do ensino de Segundo Grau no qual formação profissional e técnica passa a ser mais uma possibilidade, o que pode fragilizar a educação física, em uma perspectiva instrumental ou numa perspectiva crítica.

A partir do processo de redescoberta da Educação Física com o processo de redemocratização, se vê um novo cenário, se configurando como um novo desafio, a partir da sua nova proposta pedagógica da escola, onde a mesma não pode ser mais utilitarista, isolada, pois, trabalhará na área das linguagens e dentro dessa área se agrupa e trabalha com questões ampliadas e não somente com conteúdo específicos. Entretanto, se vê um dilema: como fazer esse processo de redefinição em detrimento do processo de esportivização? Como a ideia de Cultura Corporal pode ser trabalhada nas aulas de Educação Física? Como a Educação Física se renova, incluindo à perspectiva da saúde e dos aspectos bioesportivos a formação integral?

Se essa complexidade existe desde sempre na organização da Educação Física no Ensino Médio, imagina organizar a Educação Física do Ensino Médio no ensino remoto. Visto

que, de 2020 em diante, o Ensino Médio que retratado acima está sofrendo uma nova reorganização para a implementação da nova Base Nacional (BNCC), no qual se encontra inadequado para tal reformulação e surge algo que deixa todos surpresos, organizar o Ensino Médio no ensino remoto perante a pandemia da Covid-19. Se a Educação Física do Ensino Médio já era complexa antes, imagina com a pandemia? Posto isso, de agora em diante, analisaremos como foi a organização da Educação Física do Ensino Médio no ensino remoto a partir do Programa Net Escola (Seduc), observando e analisando o que está sendo pensado como Educação Física nesse nível de ensino e a relação disso com a concepção do trabalho pedagógico.

2.4 A EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO ATRAVÉS DO PROGRAMA NETESCOLA (SEDUC-GO)

A Educação Física no Ensino Médio é um componente curricular como os demais, que traz grandes contribuições para com a formação dos jovens. Entretanto, segundo S a Educação Física em especial a do Ensino Médio é uma matéria curricular marginalizada, discriminada e desconsiderada. Isso pode vir a ter reflexo, pelo simples fato do nível escolar ser pensado de forma acrítica fora da perspectiva ampla de Organização do Trabalho Pedagógico, o que corrobora com um ensino médio desenvolvido a partir do Método Único no processo didático-pedagógico, mas outros fatores podem influenciar nessa falta de interesse e não entendimento da Educação Física, como as más condições, instalações e recursos materiais escassos para as aulas. Dessa forma, contribuindo para um esquecimento e/ou desvalorização da disciplina por parte dos alunos, não enxergando a relevância que a mesma traz para com a sua formação ou até mesmo como o professor desenvolve suas aulas para a turma de acordo com a proposta de Educação Física e Concepção da mesma na Escola de Ensino Médio.

Assim, compreendendo todo esse processo de redefinição da concepção de trabalho pedagógico e entendendo Organização do Trabalho Pedagógico como categoria que expressa um novo sentido para a atividade docente em geral e de modo especial para o professor de Educação Física no Ensino Médio, a presente pesquisa busca entender a organização do trabalho pedagógico em um contexto de Pandemia, que com o fechamento das escolas as aulas passaram a ser mediadas e desenvolvidas através das Plataformas do Ensino Remoto como metodologia de ensino exclusiva.

A ocorrência do novo Coronavírus (COVID-19), forçou a reformulação do trabalho por meio das tecnologias. O que se questiona nesse processo é como a Educação Física, nesse novo contexto de Organização do Trabalho Pedagógico passa a ser organizada como componente

curricular do Ensino Médio, tendo em vista as especificidades de seu objeto de estudo, a Cultura Corporal, em seus distintos elementos, esporte, jogos e brincadeiras, lutas, danças, ginásticas, etc.

De modo específico, o objeto de fato dessa investigação científica é o Programa SEDUC em Ação – no Ensino Médio, que se dá como um programa organizado pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás como parte da estratégia de produção de aulas a serem disponibilizadas e acessadas diante do contexto de aulas não presenciais, no ensino remoto da juventude do Ensino Médio no contexto de Pandemia.

Uma pesquisa realizada no ano de 2020 pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG), constata que o ensino que mais realizou aulas nas plataformas de Ensino Remoto, seja em aula em tempo real ou gravadas foi o ensino médio, assim 42,5% foram aulas remotas ao vivo e 38,3% foram realizadas gravações de vídeo aulas. Nesse cenário do Ensino Médio no Ensino Remoto, durante a Pandemia, traz à tona e acentua questões de déficit educacional nesse nível escolar, tornando-se alarmante para com a formação dos jovens. Segundo a Agência Senado (2021), o engajamento entre estudantes do ensino médio das redes estaduais no ensino remoto foi de 36% em 2020, ou seja, foi assistida apenas um pouco mais de um terço da jornada de 25 horas semanais prevista e ofertada. Além da falta de interesse, desânimo e condições para a não participação das aulas online, a juventude se desinteressa em se candidatar no ENEM e muitos candidatos que se inscreveram no dia de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio não compareceram, tendo um número alto de abstenções, “apenas 2.179.559 participantes fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2021, no total, 930.243 pessoas não compareceram ao exame e com 3,1 milhões, o Enem 2021 tem o menor número de participantes desde 2005” (MEC, 2021). Assim, percebemos prejuízos para com a formação dos estudantes advindos deste contexto, que passaram dois dos três anos do Ensino Médio estudando de forma remota.

Com isso, o grande lócus de investigação e de reflexões para com a Educação Física do Ensino Médio que tanto se discute o seu papel nesse nível de ensino, entender todo esse processo de trabalho no ensino remoto emergencial se faz necessário. Segundo Valente et al (2020), o Ensino Remoto Emergencial (ERE), é uma adaptação curricular temporária como alternativa para que ocorram as atividades acadêmicas relacionadas às diversas disciplinas dos cursos, devido às circunstâncias de crise; a mesma envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas, que de outra forma seriam ministradas presencialmente, ou de forma híbrida que retornaram ao formato presencial assim que a crise ou emergência arrefecer.

Ademais, de fato se pretende analisar o Programa SEDUC em Ação – Portal NetEscola no nível do Ensino Médio e como são propostas as aulas de Educação Física. Essa análise se torna importante por expressar a concepção de trabalho docente em Educação Física para o Ensino Médio, isto é, aquilo que a SEDUC concebe objetivo/avaliação, conteúdo/metodologia para as aulas de Ensino Médio.

Este programa foi desenvolvido pelo Governo de Goiás, com o objetivo de suplementar as aulas não presenciais elaboradas pelos professores, durante a suspensão das aulas presenciais nas escolas, que poderão trabalhar com seus alunos as aulas postadas no portal, se configurando como um portal de conteúdos com aulas. O Programa NetEscola é composto de aulas e listas de atividades para todas as séries do Ensino Fundamental e Médio, tendo em cada nível escolar, atividades para cada ensino, por exemplo, na aba do Ensino Médio além de conter vídeo aulas de todas as matérias, contém vídeo aulas do Goiás Bem no Enem e do Goiás TEC e, ainda, listas de exercício bem completas no padrão.

No próximo capítulo, iremos tecer sobre a pesquisa propriamente dita, ou seja, analisaremos as aulas de Educação Física propostas para o Ensino Médio através do Portal NetEscola, buscando compreender qual o impacto da mesma para uma geração de jovens que durante todo seu ensino médio teve a educação física à distância e junto a isso, realizaremos uma articulação com o todo desenvolvido até aqui, observando e analisando o que está sendo pensado como Educação Física nesse nível de ensino e a relação disso com a Concepção do Trabalho Pedagógico.

SEÇÃO 3

3 ANÁLISE DO PROGRAMA DA SEDUC

Tendo em vista o contexto de pandemia do novo Corona Vírus (Sars Cov-2) no ano de 2020 e com isso o surgimento de medidas de segurança, uma dessas sendo o isolamento social como forma de combater a disseminação do vírus, as atividades presenciais de todos os segmentos sociais foram suspensas. Assim, a educação não se isenta dessa medida, as escolas da Educação Básica e instituições de ensino superior no mundo, foram suspensas. Entretanto, com a suspensão das aulas, milhares de alunos do Brasil foram afetados, de acordo com o “Monitoramento global de fechamento de escolas causado pelo COVID-19”, realizado com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO. Até maio de 2020, com vistas a termos uma noção desse cenário inicial, verificou-se um contingente de 1.596,564,925 alunos que foram afetados com o fechamento das escolas, representando 91,2% do total de alunos

matriculados. Dessa forma, esses dados se tornaram importantes para a proposição do Ensino Remoto na educação brasileira.

Com o intuito de dar continuidade às atividades de ensino, na perspectiva de amenizar esses impactos, as instituições educacionais foram autorizadas de forma emergencial e temporária a adotarem suas aulas por meio das novas tecnologias digitais. Com esse apelo o cenário da realidade educacional brasileira foi invadido pelo Ensino Remoto mediado pelas tecnologias digitais, onde o profissional docente e o aluno se deparam com grandes mudanças para a realização de seu trabalho e para o ensino-aprendizagem. De acordo, com o Ministério da Educação, as escolas e os órgãos mantenedores, como as secretarias municipais e estaduais, ficaram incumbidos de criar possibilidades para a continuação do ensino por meio das tecnologias digitais.

Nesse cenário, buscaremos o objeto de estudo da pesquisa propriamente dito. Como já evidenciado, a presente investigação visa analisar como a Educação Física do Ensino Médio se organizou diante desse contexto de Ensino Remoto através do programa criado no dia 03 de abril de 2020 (Portal Net Escola) e o aplicativo Net Escola foi lançado no ano de 2021 pelo governo do Estado de Goiás para o cenário de aulas não presenciais. O contexto pandêmico, obrigou as instituições a criarem novos meios de assegurar o acesso à educação formal. A relação espaço-tempo redimensionou a organização do trabalho pedagógico, que passou do presencial para o virtual. Novas formas de oferta do ensino por meio das tecnologias digitais, programas e aplicativos educativos, surgiram. O Programa da SEDUC/GO – Portal Net Escola, objeto de investigação da presente pesquisa, surge nesse contexto.

Mas, o que de fato é esse programa? Como ele contribuiu no ensino-aprendizagem dos jovens, principalmente, refletindo sobre a sua organização para a oferta do ensino da Educação Física do Ensino Médio? Dessa forma, com esses questionamentos projetamos que são essas questões que nortearão a pesquisa em questão.

3.1 DESCRIÇÃO E CATALOGAÇÃO DO OBJETO: NET ESCOLA

A implementação do regime de aulas virtuais na rede estadual de ensino, representou um grande desafio e exigiu inovação e criatividade por parte da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/GO) para a continuação das aulas por meio das estruturas remotas.

O Net Escola é um portal de conteúdos, vídeo aulas, materiais, tarefas e simulados desenvolvido pelo Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/GO) em parceria com a Superintendência de Tecnologia, tendo em vista essa necessidade de assegurar o direito à educação básica, mesmo em um contexto de escolas

fechadas. A ferramenta digital criada, serviu como apoio didático-pedagógico durante o período de aulas não presenciais e se destina apenas à alunos e professores da Rede Estadual de Goiás.

O Portal passa a ser discutido no ano de 2020 em decorrência da pandemia, advindo da suspensão das aulas presenciais e com a preocupação em dar continuidade as aulas por meio das tecnologias digitais. O programa surge como um mecanismo para que os alunos tivessem acesso aos conteúdos de ensino da educação e como uma ação adotada para garantir que a rotina de estudos não fosse interrompida por conta do isolamento social recomendado. A concepção do programa por parte da Superintendência de Tecnologia da Secretaria de Educação e da equipe pedagógica da SEDUC/GO, ocorreu em um curto período de tempo, com a decretação do fechamento das escolas ocorrido em março de 2020, daí em diante o programa foi se organizando e operacionalizando e dentro de menos de um mês, foi lançado pelo Estado de Goiás. Durante o a ano 2020, o programa foi se adaptando e reformulando e no ano de 2021, que no corpo das aulas passa a ter vídeo aulas disponíveis para os alunos antes as aulas se dava no formato de atividades/aulas. O programa tornou-se ponto chave e crucial para o desenvolvimento do ensino nesse contexto, com o governo colocando-o como um grande instrumento no dia a dia de professores e estudantes.

Todos os Componentes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio foram incluídos nas vídeo-aulas produzidas e inseridas no Portal e veiculados por meio das tecnologias digitais.

A veiculação ocorre a partir de duas possibilidades: pelo navegador lançado no ano de 2020 (Portal Net Escola/ Desktop) e o pelo aplicativo Net Escola desenvolvido no ano de 2021. O Portal Net Escola – Desktop, pode ser acessado por um navegador da internet a partir de um endereço online pelo Google Chrome, Safari, Internet Explore/Edge e outros, necessitando de internet própria (dados, wifi, rede lan). Já em relação ao aplicativo Net Escola, o acesso se dá pela realização do download do aplicativo na loja do Google (Play Store) no celular, não necessitando de internet própria para navegar, pois ele tem internet patrocinada². Precisa apenas estar com os dados móveis ligado, mas a internet não será cobrada e está disponível apenas para Alunos e Professores. Contudo, a plataforma digital de ensino do Estado de Goiás criada no contexto de pandemia, foi compartilhada para todas as escolas estaduais.

O compartilhamento do programa para as escolas estaduais poderem entender e tê-lo como ferramenta didático-pedagógico no contexto de Ensino Remoto para começar a usá-lo,

² Programa desenvolvido pelo Governo de Goiás que disponibiliza internet gratuita para os alunos e professores da Rede Estadual, através do acesso exclusivo pelo APP Net Escola.

ocorreu através de ações de divulgação e por meio de uma ação em todas as unidades escolares. O acesso ao Portal e ao Aplicativo ocorre de maneira diferente, pois existe o acesso dos professores e servidores administrativos e o acesso para os alunos.

3.2 ESTRUTURA DO PROGRAMA DA SEDUC: NET ESCOLA

Para entender melhor a dinâmica de produção e divulgação das aulas, esse item tem como objetivo expor elementos pedagógicos que foram desenvolvidos para as aulas nesse portal de conteúdo online.

Acessando o programa aparece uma página inicial geral para todas as séries e níveis de ensino (Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio) e o Goiás bem no ENEM, está parte no portal foi desenvolvida como uma política de curso preparatório gratuito para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o programa Goiás Bem no Enem, que consiste apenas na transmissão de vídeo aulas na TV Brasil Central e conteúdos didáticos digitais sobre as áreas do conhecimento que caem no ENEM, além de apostilas e simulados. Assim, os alunos quando acessarem o programa devem ir ao seu nível de ensino e clicar na sua série de formação correspondente.

Depois de feito isso, o programa redirecionará para a lista de área dos conhecimentos tratados nesse nível de ensino. O aluno deverá buscar a disciplina que deseja obter os conteúdos, aulas, tarefas, vídeo aulas e etc.

As aulas são produzidas pelos professores da Secretaria de Estado de Educação, organizando uma aula de maneira simples e objetiva como, atividades/aulas. Já as vídeo aulas eram produzidas por outros professores que foram escolhidos a partir do programa Seduc em Ação, que elaboram e dão aula por meio da estratégia de vídeo aulas de Educação Física para os alunos do Ensino Médio. As aulas são postadas por semana referente a quantidade de aulas que a Educação Física tem no Ensino Médio. Assim, foram lançadas uma aula por semana de Educação Física.

Acessando a aula, percebe-se que a sua estrutura se dá de forma muito ilustrativa e curta. As aulas no Portal e no App se iniciam com uma mensagem de cumprimento à turma e logo em seguida o conteúdo da aula, adiante traz exemplos e por fim as questões referentes ao conteúdo para serem realizadas, essas atividades são de verificação de aprendizagem das aulas postadas no portal. Sendo, todas de múltiplas escolas e contendo apenas quatro questões para serem respondidas. Constatando em uma aula elaborada por quatro categorias: conteúdo-explicação-exemplos-questões. Em relação ao controle dos registros dessas atividades, isso não se tem muita informação. Da forma como é posta no portal as atividades deverão ser transcritas no

caderno ou baixar o pdf da lista de atividade para obtê-la impressa. No caso das dúvidas no portal existe um espaço para essa finalidade, mas ao que tudo indica não há registros dessas interações entre professor-aluno.

Outro fator importante que precisa ser retratado a partir da configuração das aulas no programa é em relação a quem acessa esses conteúdos. Os professores precisam desenvolver aulas para o programa da Seduc pensando em duas realidades: alunos que possuem internet e aqueles que não possuem acesso a elas. Assim, a metodologia criada para os alunos que não possuem acesso à internet é a atividade/aula impressa que fica disponível para retirá-la na secretária da escola. Já os que possuem acesso à internet, não precisavam imprimir, pois, o conteúdo e atividade se encontra no modelo de aula do portal no modo online.

Nitidamente, o conteúdo do programa se dá exclusivamente por temas educativos de cada área do conhecimento (disciplinas). Os conteúdos das aulas são definidos conforme apresenta o Documento Curricular para Goiás – Ampliado (DC-GO Ampliado) de acordo com a Secretária do Estado de Goiás. Cabe enfatizar que esse é um documento realizado em semelhança com a Base Nacional Comum Curricular, e é uma adaptação da BNCC para o território goiano. Essa adaptação divide os conteúdos a serem trabalhados em cada bimestre, porém, essa divisão é denominada de primeiro corte temporal, segundo corte temporal, terceiro corte temporal e quarto corte temporal, cada corte sendo responsável por trabalhar um conteúdo, deixando explícito o que deve trabalhar desses conteúdos e quais as habilidades a serem alcançadas.

Sendo assim, os conteúdos estão retratados de acordo com cada habilidade e corte temporal para cada série. Os conteúdos são trabalhados aula por aula de acordo com cada nível de ensino e postados na plataforma pelos professores para os alunos acessarem. Para ilustrar, se faz necessário exemplificar, tal como está o conteúdo das aulas, trabalhados pelo professor de Ciências da Natureza que os postou no Portal e/ou no App Net Escola:

6º ano – Ciências da Natureza

Escolha a aula:

*Semana 2 – Ciências da Natureza –
6º ano*

*Atividade 2 – para imprimir –
Ciências da Natureza 6º ano*

Semana 3 – Ciências – 6º ano

*Atividade 3 – para imprimir –
Ciências – 6º ano*

Semana 4 – Ciências – 6º ano

*Atividade 4 – para imprimir –
Ciências -6º ano*

*Semana 5 – Matéria e substância –
Ciências – 6º ano*

*Atividade 5 – para imprimir –
Ciências – 6º ano*

*Semana 6 – Misturas homogêneas e
heterogêneas: substâncias simples e
compostas – 6º ano*

*Atividade 6 – para imprimir –
Ciências – 6º ano*

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Portanto, a estrutura de desenvolvimento do programa da Seduc se dá de acordo com o que era planejado para as aulas presenciais, porém esta forma foi transportada para o modelo de aulas não presenciais, sendo adaptadas e reformuladas para o momento e postadas no portal de conteúdos de maneira simples e rápida. Além disso, o governo do Estado de Goiás desenvolveu um projeto intitulado Seduc em Ação, que tem como objetivo realizar ações para suprimir os problemas do acesso às aulas remotas durante a pandemia, dessa forma o intuito do projeto é transmitir aulas ao vivo para os alunos da rede estadual de Goiás. Assim, para a transmissão o projeto contou com a parceria da TV estatal de Goiás (TV Brasil Central), onde as aulas eram disponibilizadas pela TV e também transmitidas pelo canal do Youtube da TV Brasil Central, inclusive as vídeo aulas de Educação Física postadas no portal Net Escola eram aulas que já estavam contidas no canal do Youtube da TBC (TV Brasil Central).

3.3 DESCRIÇÃO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO NET ESCOLA

Agora, entendendo o que é o Net Escola, essa parte da pesquisa tem como objetivo realizar as descrições temáticas das aulas organizadas pelo programa. Iremos examinar especificamente as aulas de Educação Física lançadas no Portal/App Net Escola, do nível de Ensino Médio do 1º ano ao 3º ano.

Assim, acessando o Portal Net Escola e entrando no nível de Ensino Médio para a análise, percebe-se uma organização em menu contendo todas as áreas do conhecimento e

alguns itens a mais. Acessando a área de conhecimento da Educação Física, logo na página aparece as postagens de aulas, no 1º ano foram postadas oito aulas, no segundo ano do Ensino Médio foram postadas três aulas e no 3º ano foram postadas 5 aulas. Dessas aulas, algumas foram postadas em 2020 e outras em 2021.

3.3.1 Descrição da temática da aula de Educação Física do 1º ano do Ensino Médio

Uma das oito aulas postadas nessa série tem como tema: *Práticas competitivas*. Essa aula se caracteriza de duas formas: como uma *vídeo-aula do Youtube de 12 minutos e 45 segundos*, com um determinado professor, em que a mesma foi elaborada pelo programa Seduc em Ação transmitida pela TV Brasil Central, tendo como conteúdo: *Práticas Corporais e Cultura Corporal*. Nessa vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando as práticas competitivas existentes da cultura corporal com ênfase no eixo temático: jogos, assim a aula se desenvolve a partir dos seguintes pontos: *habilidades, conceitos de jogos; exemplos de jogos, quais culturas influenciam os jogos, propõe uma reflexão sobre os jogos na cultura atualmente, jogos e brincadeiras, quais os tipos de jogos na educação física, faz questões sobre o conteúdo*. Já a outra forma que caracteriza essa aula é uma postagem de *atividade da aula* contendo quatro questões para serem respondidas referente ao conteúdo dado.

A segunda aula no 1º ano do Ensino Médio tem como tema: *Práticas Corporais*. Essa aula postada se caracteriza da seguinte maneira: *é um vídeo aula do Youtube de 11 minutos, com o mesmo professor da primeira aula, a mesma foi elaborada pelo programa Seduc em Ação e transmitida pela TV Brasil Central e postada no portal, tendo como conteúdo: Práticas Corporais e Cultura Corporal*. Nesse vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando e dando ênfase no eixo temático: *Corpo*, assim desenvolve a aula a partir dos seguintes pontos: *conceito de corpo com ênfase no conceito biológico (mas cita suas distintas definições de acordo com outras áreas); saúde; estética; indústria cultural, academias de ginásticas; cuidados e benefícios; academia ao ar livre; capacidades físicas; reflexão sobre o porquê entender a relação entre corpo, saúde e estética*.

A terceira aula postada para o 1º ano do ensino Médio tem como tema: *Práticas e cultura corporal*. Essa aula postada se caracteriza da seguinte maneira: *é um vídeo aula do Youtube de 8:30 minutos, com o mesmo professor da primeira aula, a mesma foi elaborada pelo*

programa Seduc em Ação e transmitida pela TV Brasil Central e postada no portal, tendo como conteúdo: *Práticas e cultura corporal*. Nesse vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando e dando ênfase no eixo temático: *Sociedade, Esporte e Lazer*, assim desenvolve a aula a partir dos seguintes pontos: *a sociedade, o que é o esporte e o que é o lazer, tipos de esportes, traz como reflexão da aula: porquê é importante entendermos essas relações do ponto de vista da cultura corporal*.

Já a quarta, sexta, sétima e oitava aula, acontece da mesma maneira como supracitado acima, porém com conteúdos são diferentes e ocorre a mudança de professor, porém a intervenção acontece nessas quatro aulas. Sendo assim, os conteúdos trabalhados, respectivamente, nessas aulas são: *Brinquedos e Brincadeiras Populares* (eixo temático: *jogos de outras regiões – Nordeste*); *Dança Clássica*; *Princípios da Ginástica* (eixo temático: *ginástica*); *Esporte e Trabalho*. A duração das aulas, respectivamente, foram: *13 minutos e 36 segundos*; *7 minutos e 59 segundos*; *12 minutos e 10 segundos*; *10 minutos e 9 segundos*.

Por último, a quinta aula, acontece da mesma forma como as demais, porém o conteúdo é diferente e aula é diferente como as demais, apenas sendo dialogada e o professor que desenvolve a aula também é outro. O conteúdo trabalhado nessa aula é a *Dança Contemporânea* (eixo temático: *manifestações artísticas e culturais*) e a aula tem duração de *11 minutos e 42 segundos*.

Na primeira aula de Educação Física do 1º ano do Ensino Médio, além do vídeo/aula, atividade da aula, também tem a *lista de atividade* da aula que se adquiria por meio de um link disponibilizado no portal.

3.3.2 Descrição da temática da aula de Educação Física do 2º ano do Ensino Médio

A primeira aula postada para a aula de Educação Física nessa série, tem como tema: *Práticas Corporais*. Essa aula se caracteriza de três formas: como uma *vídeo-aula do Youtube* de *12 minutos e 10 segundos*, com um determinado professor, em que a mesma foi elaborada pelo programa Seduc em Ação transmitida pela TV Brasil Central, tendo como conteúdo: *Práticas Corporais e Cultura Corporal*. Nesse vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando as práticas corporais da cultura corporal do movimento dando ênfase no eixo temático: *Lutas* (*vivência crítica e emancipada das lutas*), assim a aula se desenvolve a partir dos seguintes

pontos: *explica a habilidade a ser trabalhada; conceito de lutas; características das lutas; diferença entre luta e arte marcial; benefícios das lutas, lutas e artes marciais na aula de Educação Física; objetivo das lutas; importância da prática de lutas e artes marciais.* Já a outra forma que caracteriza essa aula é uma postagem de *atividade* contendo quatro questões de múltiplas escolhas para serem respondidas referente ao um outro conteúdo: *jogo*. Por fim, a terceira forma dessa aula se configura como uma lista de atividade no formato de pdf, adquirida por meio de um link no portal.

A segunda aula no 2º ano do Ensino Médio tem como tema: *Dança*. Essa aula postada se caracteriza da seguinte maneira: *é um vídeo aula do Youtube de 12 minutos, com o mesmo professor da primeira aula, a mesma foi elaborada pelo programa Seduc em Ação e transmitida pela TV Brasil Central e postada no portal, tendo como conteúdo: Dança.* Nesse vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando conteúdo: *expressão corporal, não verbal e regionalismo, assim na aula dá ênfase no eixo temático: manifestações artísticas e culturais.* A aula se desenvolve a partir dos seguintes pontos: *conceito de dança; breve histórico sobre a dança; benefícios da dança; aspectos positivos da dança; benefícios físicos e mentais da dança; elementos da dança, dança e inclusão; objetivo da dança inclusiva; capacidades desenvolvidas na dança, importância da dança.*

A terceira aula postada para o 2º ano do ensino Médio tem como tema: *Práticas Corporais e cultura corporal*. Essa aula postada se caracteriza da seguinte maneira: *é um vídeo aula do Youtube de 12 minutos e 30 minutos, com o mesmo professor da primeira aula e segunda aula, a mesma foi elaborada pelo programa Seduc em Ação e transmitida pela TV Brasil Central e postada no portal, tendo como conteúdo: Práticas e cultura corporal.* Nesse vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando e dando ênfase no eixo temático: *envelhecimento e qualidade de vida*, assim a aula se desenvolve a partir dos seguintes pontos: *a ordem natural da vida; conceito de envelhecimento; características do envelhecimento; consequências dos envelhecimentos; como podemos chegar a velhice com saúde e qualidade de vida?; a importância de evitar o sedentarismo; a importância da atividade física para a saúde; benefícios da atividade física na prevenção de doenças em relação a velhice; importância de entender o processo de envelhecimento.*

3.3.3 Descrição da temática da aula de Educação Física do 3º ano do Ensino Médio

A primeira aula postada para a aula de Educação Física nessa série, tem como tema: Práticas Corporais. Essa aula se caracteriza de três formas: como uma *vídeo-aula do Youtube de 12 minutos e 31 segundos*, com um determinado professor, em que a mesma foi elaborada pelo programa Seduc em Ação transmitida pela TV Brasil Central, tendo como conteúdo: *Práticas Corporais e Cultura Corporal*. Nesse vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando as práticas corporais da cultura corporal do movimento dando ênfase no eixo temático: *Lutas (vivência crítica e emancipada das lutas)*, assim a aula se desenvolve a partir dos seguintes pontos: *explica a habilidade a ser trabalhada; conceito de lutas; características das lutas; diferença entre luta e arte marcial; benefícios das lutas, lutas e artes marciais na aula de Educação Física; objetivo das lutas; importância da prática de lutas e artes marciais*. Já a outra forma que caracteriza essa aula é uma postagem de *atividade* contendo quatro questões de múltiplas escolhas para serem respondidas referente ao um outro conteúdo: *jogo*. Por fim, a terceira forma dessa aula se configura como uma lista de atividade no formato de pdf, adquirida por meio de um link no portal.

A segunda aula no 3º ano do Ensino Médio tem como tema: *Dança*. Essa aula postada se caracteriza de três formas: é um *vídeo aula do Youtube de 12 minutos 49 segundos*, com o mesmo professor da primeira aula, a mesma foi elaborada pelo programa Seduc em Ação e transmitida pela TV Brasil Central e postada no portal, tendo como conteúdo: *Dança*. Nesse vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando conteúdo: *a dança como meio de desenvolvimento de atitudes e valores inclusivos; possibilidades corporais de portadores de necessidades especiais*, assim a aula se desenvolve a partir dos seguintes pontos: *conceito de dança e dança inclusiva; benefícios físicos e mentais da dança; dança e inclusão; objetivo da dança inclusiva; perguntas; importância da inclusão social*. Já a outra forma que caracteriza essa aula é uma postagem de *atividade* contendo um *texto* e quatro questões de múltiplas escolhas para serem respondidas referente ao conteúdo da aula. Por fim, a terceira forma dessa aula se configura como uma *lista de atividade* no formato de pdf, adquirida por meio de um link no portal.

A terceira aula no 3º ano do Ensino Médio tem como tema: *Dança*. Essa aula postada se caracteriza de três formas: é um *vídeo aula do Youtube de 11 minutos 55 segundos*, com o

mesmo professor da primeira aula, a mesma foi elaborada pelo programa Seduc em Ação e transmitida pela TV Brasil Central e postada no portal, tendo como conteúdo: *Dança*. Nesse vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando conteúdo: *a dança como meio de desenvolvimento de atitudes e valores inclusivos; possibilidades corporais de portadores de necessidades especiais*, assim a aula se desenvolve a partir dos seguintes pontos: *conceito de dança e dança inclusiva; benefícios físicos e mentais da dança; dança e inclusão; capacidades desenvolvidas na dança inclusiva; objetivo da dança inclusiva; perguntas; importância da inclusão social*. Já a outra forma que caracteriza essa aula é uma postagem de *atividade* contendo um *texto* e quatro questões de múltiplas escolhas para serem respondidas referente ao conteúdo da aula. Por fim, a terceira forma dessa aula se configura como uma *lista de atividade* no formato de pdf, adquirida por meio de um link no portal.

A quarta aula postada para o 3º ano do Ensino Médio tem como tema: *Práticas Corporais e cultura corporal*. Essa aula postada se caracteriza da seguinte maneira: é um vídeo aula do Youtube de 11 minutos, com o mesmo professor da primeira aula e segunda aula, a mesma foi elaborada pelo programa Seduc em Ação e transmitida pela TV Brasil Central e postada no portal, tendo como conteúdo: *Práticas e cultura corporal*. Nesse vídeo aula, contém um cenário no fundo e toda uma equiparação, o professor possui os seguintes materiais pedagógicos: um notebook e uma televisão com slides sendo transmitidos. O professor realiza uma aula expositiva explicando e dando ênfase no eixo temático: *envelhecimento e qualidade de vida*, assim a aula se desenvolve a partir dos seguintes pontos: *a ordem natural da vida; conceito de envelhecimento; características do envelhecimento; consequências dos envelhecimentos; como podemos chegar a velhice com saúde e qualidade de vida?; a importância de evitar o sedentarismo; a importância da atividade física para a saúde; benefícios da atividade física na prevenção de doenças em relação a velhice; importância de entender o processo de envelhecimento*.

SEÇÃO 4

4 ANÁLISES DOS DADOS

Após a apresentação do programa da SEDUC – Portal Net Escola, pode-se analisar de fato sua perspectiva de Organização de Trabalho Pedagógico, estabelecendo uma relação, principalmente, entre o referencial teórico e os dados colhidos junto ao Portal da SEDUC, referente ao componente curricular Educação Física do Ensino Médio. Inicialmente podem-se

destacar as seguintes categorias de análise: dinâmica de exposição; tempo de aula; a concepção de Educação Física do programa/aula; a perspectiva de organização de trabalho pedagógico, as limitações do ensino-aprendizagem da Educação Física no Ensino Médio.

Como a Educação Física do Ensino Médio se organiza para esse processo de formação? Principalmente, a partir de aulas mediadas num portal de conteúdos digitais? Essas são as duas principais interrogações que mediarão a análise do portal.

Sabe-se que o programa desenvolvido pela Seduc, trata-se de uma das estratégias adotadas para a continuação da formação de sujeitos da Educação Básica do Estado de Goiás em decorrência da pandemia do Covid-19. Dessa forma, o programa foi desenvolvido para todos os níveis de ensino da educação, o nível de ensino investigado é o Ensino Médio, que como já vimos é um campo minado de ideologias e disputas, onde a Educação Física não se isenta nesse processo, pelo contrário, sofre decorrências de vários aspectos positivos e negativos.

Inicialmente destaca-se que a Educação Física escolar no ensino remoto pode apresentar mais aspectos negativos, tais como, limitação e enxugamento do ensino-aprendizagem, a legitimação da mesma como uma área do conhecimento a ser aprendida no ensino médio como área do conhecimento para a juventude e o embate no processo de organização do trabalho pedagógico. Isso advém de longas datas, mas e agora no contexto de pandemia de aulas não presenciais, a educação física reafirma isso ou traz novos debates na área nesse nível de ensino.

Tentaremos construir essa análise ao longo das próximas páginas.

Dinâmica de exposição

A dinâmica de exposição desenvolvida para as aulas de Educação Física no Portal da SEDUC, pode ser analisada de três diferentes maneiras. A primeira ocorre a partir de uma vídeo-aula do programa SEDUC em Ação, transmitida pela TV Brasil Central³ com um determinado professor de Educação Física, num cenário temático, contendo: um estúdio, um balcão, equipe de filmagens e uma televisão. O professor, expõe o conteúdo de uma única forma: teórica-expositiva, lendo os slides. O mesmo tem como material pedagógico um notebook que transmite os slides com o conteúdo da aula para a televisão.

³A TV Brasil Central, faz parte de uma rede e sistema de comunicação chamada Agência Brasil Central (ABC), a mesma foi criada pela Lei 18.746/2014, tendo como competência a execução dos serviços públicos de radiodifusão de sons e imagens das emissoras de propriedade do Estado, bem como a administração dos serviços gráficos da imprensa oficial. A Televisão Brasil Central (TBC) foi inaugurada em 1975 a nível nacional, atualmente é afiliada à TV Cultura, o que torna sua programação diferenciada com a exibição de filmes, desenhos infantis e documentários de cunho educativo e cultural. Além de retransmitir a TV Cultura, a TBC possui programação própria e a mesma também está nas redes sociais: Youtube, Instagram, Facebook e Twitter.

Essa análise acima nos revela, de antemão uma perspectiva de trabalho pedagógico, centrado na aula, no conteúdo e na exposição (transferência de informação). O texto do Freitas (1994), permite analisar esse procedimento docente, onde o mesmo constata que o trabalho docente é tido como uma qualidade do trabalho pedagógico, assim o trabalho pedagógico é mais amplo que o trabalho docente, ou seja, do que a aula. Pois o professor não deve elaborar uma aula centrada na mesma, mas sim uma aula para o sujeito primário do processo de ensino, o aluno. Se caso isso não ocorrer, o modelo do triângulo didático de Libâneo (1990) sobre o trabalho docente afirma que em um dado momento quando supervalorizam um aspecto do triângulo, a relação professor-aluno, nesta relação professor teria a função de “passar a matéria” ao aluno por meio da aula, assumindo, o primeiro, uma posição de autoridade sobre o último, que configurará como um ensino tradicional.

Já a outra forma de aula é por meio de atividades/aula que podemos constatar a não ocorrência de dinâmica de exposição, pois é apenas postada na plataforma e os alunos respondem as questões e a outra também ocorre dessa forma, pois é uma lista de atividade, como se fosse uma aula dada por meio de questões. Essa outra análise obtida nessa categoria de análise, nos revela outras questões tratadas por Freitas (1994) em seu estudo. Esse par no processo pedagógico e didático do professor ocupa uma contradição fundamental presentes nos objetivos, onde percebemos que se dá entre o que o aluno deverá aprender e seu estado de conhecimento atual, ele está apenas considerando a dimensão dos conteúdos escolares. Em que certos alunos já possuem experiências diferenciadas sobre os demais, e no interior da escola alguns outros nem sequer ouviu falar sobre o conteúdo, assim, no momento de avaliação o objetivo é avaliar aquele fez a atividade correta e respondeu como se deve. Mas nesse momento de pandemia, infere-se que os alunos possuem várias realidades e disparidades em relação a outros, como não conseguir ter acesso a vídeo-aula no portal e ter acesso apenas a atividade/aula, o mesmo fica com déficit no ensino-aprendizagem.

A escola capitalista encarna objetivos (funções sociais) que adquire do contorno da sociedade na qual está inserida e encarrega os procedimentos de avaliação, em sentido amplo, de garantir o controle da consecução de tais funções. A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e a formação de quadros e a elaboração dos métodos para um controle político, sua vocação utilitária. A escola capitalista não é para todos. É uma escola de classe. (FREITAS, 1994, p.91)

Com esses dados obtidos a partir da análise das aulas de Educação Física, constata-se que há um predomínio da forma sobre o conteúdo. A forma como ocorre a aula é sempre a mesma o que transforma a aula em rotina, reprodução, o conteúdo é diferente a cada aula, isso evidencia que o conteúdo é o central, o que revela uma concepção de aula conteudista, e a forma da aula não sofre alterações. A forma como a aula ocorre é repetitiva e no vídeo aula notamos

outra constatação, a aula está ancorada a partir de um formato respeitado e que é sinônimo de seriedade (telejornal), num sentido de transmissão de informações sobre os conteúdos da Educação Física que precisam ser absorvidos.

Percebe-se que esses detalhes analisados referentes as aulas de Educação Física anunciam uma perspectiva de organização do trabalho pedagógico contraditória. Pois os Documentos das Diretrizes do Ensino Médio apontam que a aula tem que ir para além da exposição, da transmissão de conteúdos e de informações, tem que ser uma aula problematizadora, uma aula que promova o senso crítico. Com isso, percebemos a elaboração das aulas não presenciais numa perspectiva mais tradicional possível, em torno de um conteúdo e informações acerca desse conteúdo.

Outra, questão importante para observar e refletir é em relação aos professores do vídeo aulas disponibilizadas no programa da SEDUC. Percebe-se que não são os mesmos professores que acompanham a turma de ensino pela plataforma que desenvolvem essas aulas. De fato, acaba ocorrendo uma diferenciação daqueles professores que estão em contato com aluno e aqueles que não estão, não existe uma conexão direta entre a aula e a atividade, são duas coisas dissociadas. Isso se configura como dois momentos formativos distintos: um é do vídeo aula expositiva e o outro é também a possibilidade de acessar a plataforma, só para a procura de atividades/aulas. Outro dado importante nessa análise é que no vídeo aulas apresenta-se apenas o professor de Educação Física, mas não fala se o mesmo pertence aos quadros da Seduce, se ele é professor da rede.

Tempo da aula

Esse ponto em discussão remete as aulas no formato de vídeo aulas desenvolvidas pelo programa SEDUC em Ação em conjunto com TV Brasil Central e postadas no Portal da SEDUC. Para essa análise foi selecionado três aulas cada uma sendo do 1º ano, 2º ano e 3º ano do Ensino Médio. Nas vídeo aulas de Educação Física do Ensino Médio, as mesmas contêm um curto intervalo de tempo de aula que precisa ser analisado. Como por exemplo, uma aula contém 12 minutos e 45 segundos; a outra contém 11 minutos e 55 segundos e a outra aula contém 12 minutos e 30 minutos, nessas aulas com esses respectivos tempos é desenvolvido os seguintes conteúdos: no 1º ano: Conteúdo: Corpo. Aula: conceito de corpo com ênfase no conceito biológico (mas cita suas distintas definições de acordo com outras áreas); saúde; estética; indústria cultural, academias de ginásticas; cuidados e benefícios; academia ao ar livre; capacidades físicas; reflexão sobre o porquê entender a relação entre corpo, saúde e estética. No 2º ano: Conteúdo: envelhecimento e qualidade de vida, Aula: a ordem natural da vida;

conceito de envelhecimento; características do envelhecimento; consequências dos envelhecimentos; como podemos chegar a velhice com saúde e qualidade de vida?; a importância de evitar o sedentarismo; a importância da atividade física para a saúde; benefícios da atividade física na prevenção de doenças em relação a velhice; importância de entender o processo de envelhecimento. No 3º ano: Conteúdo: Dança Inclusiva, Aula: a dança como meio de desenvolvimento de atitudes e valores inclusivos; possibilidades corporais de portadores de necessidades especiais, assim a aula se desenvolve a partir dos seguintes pontos: conceito de dança e dança inclusiva; benefícios físicos e mentais da dança; dança e inclusão; capacidades desenvolvidas na dança inclusiva; objetivo da dança inclusiva; perguntas; importância da inclusão social.

Exposto isso, constata-se que o tempo de aula é curto e rápido em relação ao que é proposto de conteúdo para determinadas aulas, assim o professor apenas transmite informações, pois, em uma aula no contexto real, não conseguimos abarcar todo esse conteúdo em apenas uma aula, assim se caracteriza num aspecto informativo do que educativo.

Por mais que a organização da aula possa ter sido decretada como vídeo aulas curtas, para que as aulas não fiquem cansativas e com problemas em relação a internet, há um problema. O mesmo se caracteriza em relação a organização das temáticas das aulas, teria que ser organizado mais aulas para as mesmas serem diluídas.

A concepção de Educação Física do programa/aula

A concepção de Educação Física do Programa/aula é a perspectiva pedagógica que assume como objeto de conhecimento a Cultura Corporal. Assim, as aulas de Educação Física desenvolvidas para o Ensino Médio no Portal, tinham como conteúdo: os jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esportes, malabarismos, mímicas entre outros. Segundo o Coletivo de Autores (1992), nessa perspectiva pedagógica o aluno deverá conhecer, vivenciar e usufruir as atividades corporais expressivas historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas como estas, porém, os alunos apenas conheceram esses conteúdos de maneira teórica, não vivenciando e nem usufruindo, pois ainda se encontrava num contexto de pandemia.

Essa impossibilidade de vivência concreta dos elementos da Cultura Corporal, evidência que a Educação Física por suas particularidades não se permite na perspectiva do Ensino Remoto, a menos que seja em uma pandemia, que é o que é possível neste contexto. Ainda que o professor faça tudo da melhor forma possível, ainda faltará o elemento essencial que a particularidade da área não aceita que seja feita de forma remota. (Contato físico, troca de experiências, orientação, espaço, etc). Sendo, assim a Educação Física é uma área do

conhecimento que se difere das demais, por justamente trabalhar com a teoria e a prática. No caso, neste contexto apenas com o ensino teórico da mesma, como se dá esse processo dicotômico?

Outro ponto importante a ressaltar é que apesar da matriz de conhecimento ser a Cultura Corporal, ainda há um trabalho pedagógico ainda bastante organizado em torno do conteúdo ou da transmissão de informações sobre um conteúdo. Praticamente não há problematização, não há questionamentos trabalhando junto a temática, conforme pressupõe a perspectiva da Cultura Corporal.

Vejam, numa vídeo aula desenvolvida para o 1º ano do Ensino Médio que tem o intuito de trabalhar como conteúdo: o corpo, com o desenvolvimento da mesma o professor não problematiza e não questiona nada sobre o conteúdo, apenas o transmite. O professor poderia muito bem questionar/problematizar ou debater sobre o corpo na sociedade atual, a relação do corpo fitness versus bem-estar; a imagem corporal de cada indivíduo trazendo a diversidade dos seres humanos e entre outras possibilidades. Mas o que se vê é uma aula pautada em uma visão de corpo único em relação a estética, onde é exposto o conceito de corpo com ênfase no conceito biológico, saúde; estética; mas logo depois passa para a conceituação de indústria cultural, academias de ginásticas; cuidados e benefícios; academia ao ar livre; capacidades físicas; mas de forma a informar os alunos sobre um determinado padrão corporal e não os questionar, instigarem para uma visão ampla do conteúdo corpo na Educação Física. A falta da mesma torna a aula pobre, sendo que a mesma pode ser rica em conhecimentos para o aluno, ainda mais para as juventudes.

Ao utilizarmos a problematização na perspectiva da Cultura Corporal, os alunos desenvolvem a capacidade de ação-argumentação e transformação social, construindo soluções para problemas do seu meio. Assim, o objetivo da problematização não é, entretanto, substituir as outras metodologias de ensino, mas complementar e enriquecer a prática de ensino e aprendizagem.

É um processo pelo qual o professor, ao mesmo tempo em que apreende o conhecimento prévio dos alunos, promove a sua discussão em sala de aula, com a finalidade de localizar as possíveis contradições e limitações dos conhecimentos que vão sendo explicitados pelos estudantes, instigando-os para conhecer mais e questiona-los para refletir sobre os possíveis problemas que esse conteúdo assola na sociedade.

A perspectiva de Cultura Corporal, de acordo com o Coletivo de Autores (1992), busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos,

danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas. Assim, logo a organização do trabalho pedagógico do mesmo não pode se dar a partir de uma perspectiva instrumental e assim constatamos a partir dos dados, que a Educação Física do Ensino Médio das aulas não presenciais no Portal se dá nessa lógica inversa.

Mesmo num contexto de aulas apenas teóricas, isso traz um ponto positivo para a Educação Física: o rompimento da concepção técnica da Educação Física, em que os alunos vão reconhecer a pluralidade de conhecimentos que a Educação Física trabalha e se relaciona.

A perspectiva de organização de trabalho pedagógico

A partir da análise realizada sobre o Programa Net Escola, com ênfase nas observações das aulas de Educação Física do Ensino Médio, constata-se uma sobreposição das aulas estarem numa perspectiva de trabalho pedagógico pautado pela Didática Instrumental, pois o trabalho nesse contexto de aulas não presenciais e mediadas por plataformas digitais se limita ao planejar e desenvolver uma aula, e como vimos a superação desse método único de ensino, não se dá somente nos limites do planejar e desenvolver uma aula, mas sim algo amplo no contexto da escola.

Segundo Freitas (1994), não se dá somente nos limites do planejar e desenvolver uma aula, o pressuposto de organização do trabalho pedagógico confronta a Didática instrumental, justamente, em relação da compreensão de que é necessário olhar a escola como um todo e entender qual a concepção de mundo; onde a escola se encontra; qual a concepção de sujeito; qual a concepção didático-pedagógica, que tem como objetivo superar os limites da sala de aula.

Assim, percebe-se que ocorre o engessamento das aulas e a ocorrência das aulas padronizadas e produzidas em larga escala, como pacotes que podem ser usados para formar milhares de estudantes ao mesmo tempo. Portanto, esse modelo de ensino remoto retoma a uma perspectiva de escola centrada na aula e na produção de aulas como se fossem produtos produzidos em larga escala para serem distribuídos a todos, como se os receptores fossem únicos e não tivessem identidades diversas, mas como sabemos há alunos com tamanhas diversidades e com realidades diferentes. Nessa perspectiva de aula em larga escala o receptor é visto de forma genérica como aluno do Ensino Médio, mas não como sujeito pertencente a uma enorme diversidade histórico-cultural, ser de inúmeras juventudes.

De fato, percebe-se com esse modelo de Ensino Remoto o retorno a um trabalho pedagógico linear, que nega a transversalidade e o princípio da síntese questionadora, pressuposto da Educação Física compreendida a partir da matriz histórico-cultural.

Limitação e enxugamento do ensino-aprendizagem da Educação Física no Ensino Médio

Constata-se que a Educação Física como componente curricular do Ensino Médio, sofre limitações a esse contexto de ensino, pois a mesma contém um quantitativo de aulas postadas menores que os demais componentes curriculares como: Matemática, Português e os outros demais. No 1º ano do Ensino Médio, contém 8 aulas postadas, no 2º ano contém apenas 3 aulas postadas e no 3º ano contém 5 aulas postadas. Além dessa pequena quantidade em relação as demais, ainda as aulas se repetem durante as semanas, pois na 1ª semana são as mesmas aulas com os mesmos conteúdos, na 2ª semana as mesmas aulas com os mesmos conteúdos e assim por diante. Ou seja, mais uma vez é indicado uma organização do trabalho pedagógico centrada num processo instrumental.

Pontos reflexivos

Embora, percebe-se que a Rede estadual de Educação de Goiás desenvolveu várias estratégias para a continuação do ensino, mesmo que por meio de aulas não presenciais, não podemos deixar de discutir pontos reflexivos sobre esses dois anos mediados por uma educação de Ensino Remoto. Percebe-se que pela análise e dados colhidos do Portal da Seduc, a continuação do ensino, se caracterizou com um processo mais informativo do que educativo, mais uma concepção de organização de trabalho pedagógico, indicando o retorno de um trabalho desenvolvido e centrado apenas na aula. Isso se dá pela forma como as aulas foram desenvolvidas, principalmente o vídeo aulas da TV Brasil Central. De acordo com Bet e Zuin (2017), a produção de televisão educativa digital traz graves problemas e implicações para educação, uma vez que o ensino deixa de ser formação e passa a ser semiformação.

A semiformação ocorre quando os indivíduos são impedidos de elaborar os nexos históricos consigo próprios e com os outros, de modo que o próprio espírito se converte em fetiche, produzindo a falsa consciência. A falsa consciência (ou consciência danificada) é o reflexo da assimilação da semiformação mascarada como Formação e que se desdobra em outro efeito fundamental: o ressentimento em relação à cultura, que é exposto na forma de antiintelectualismo. (BET, ZUIN, p.14, 2017)

Assim, percebe-se que a Educação Física do Ensino Médio com suas aulas mediadas num portal de conteúdos digitais, possui em seu ensino essa característica de semiformação dos seus conteúdos. Dar centralidade ao conteúdo e transformar conhecimento em informação, além de revelar de fato uma semiformação A semiformação está no fato de se pensar a aula como

transferência de informações e o fato de o remoto não permite que as reflexões extrapolem a dimensão limitada da aula expositiva e ganhem os espaços nos quais a Cultura Corporal se realize de fato (bosque, rios, ruas, estádios, campos de terra, copas de árvores, parques, pistas, quadras, etc).

Nitidamente, isso nos revela uma perspectiva de educação bancária, como já discutimos em páginas anteriores. Segundo Freire (1974), a educação bancária como imposição do conhecimento realizada pelo professor sobre o aluno na medida em que o professor já os havia adquirido e dispõe destes sendo assim possível sua ação de depósito deste conhecimento nos alunos. Isso traz à tona novamente o debate entre a Concepção Tecnicista da Educação Física e a Educação Bancária em um novo contexto, o de pandemia.

De fato, as aulas de Educação Física são expositivas a partir da Concepção de Cultura Corporal nesse momento de aulas não presenciais. Isso nos remete a seguinte reflexão: antes da pandemia, ainda estava em discussão sobre como a ideia de Cultura Corporal pode ser trabalhada nas aulas de Educação Física do Ensino Médio e como agora nesse contexto de Ensino Remoto (teoria), a mesma consegue ser desenvolvida com facilidade nas aulas de Educação Física e na realidade (práxis) a mesma possui tamanha dificuldade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Programa da Seduc – Portal Net Escola, nos permitiu compreender alguns elementos da perspectiva de organização da Educação Física do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de Goiás, mediada por plataformas digitais. Visto que se encontra em uma realidade desafiadora estando num contexto de pandemia, isso mostrou-se ainda mais complexa, exigindo novos estudos e reflexões, especialmente no que se refere às categorias de análise construídas e sua relação com o todo desenvolvido neste estudo para o campo da Educação Física.

Ressaltamos que a estratégia utilizada pelo governo do Estado de Goiás em adotar a organização das aulas não presenciais a partir de um portal digital de conteúdo foi importante, pois demonstra-se como um trabalho que necessitava ser realizado para os alunos continuarem tendo acesso à educação mesmo que de forma remota. Não deixamos de reconhecer o esforço da Seduc em produzir essa estratégia para a continuação do ensino por justamente se tratar de uma situação excepcional. Mas não podemos deixar de reconhecer algumas limitações desse tipo de produção no campo educacional.

A partir da análise crítica dos dados, a pesquisa revelou questões importantes para se tornar ponto de reflexão na área educacional, principalmente, na área da Educação Física do

Ensino Médio, o principal lócus de investigação do presente trabalho. Isso se deve pela forma como a educação se estruturou para esse tipo de ensino emergencial, mas sabemos que essa forma era o que era possível a se fazer num ensino diante de uma pandemia.

Constata-se que através da análise do Programa da Seduc – Portal Net Escola, especificamente, a partir dos dados colhidos das aulas do Ensino Médio, existe uma contradição nas diretrizes curriculares do Ensino Médio em apontarem para uma perspectiva crítica de organização do trabalho pedagógico e estar centrado em uma perspectiva didática instrumental, centrada no conteúdo. O fato de as temáticas trabalhadas não levarem em conta as questões relativas às juventudes, as aulas são extremamente conteudistas, a impossibilidade de vivência concreta dos elementos da Cultura Corporal, evidência que a Educação Física por suas particularidades não se permite na perspectiva do Ensino Remoto, apesar da matriz de conhecimento ser a Cultura Corporal, ainda há um trabalho pedagógico ainda bastante organizado em torno do conteúdo ou da transmissão de informações sobre um conteúdo. Praticamente não há problematização, não há questionamentos trabalhando junto a temática, conforme pressupõe a perspectiva da Cultura Corporal.

O trabalho também possibilitou identificar outras relações importantes da Educação Física no Ensino Médio, mostrando que ainda é um campo minado na concepção como área do conhecimento e o próprio processo da prática profissional do professor nesse nível de ensino.

A organização de trabalho pedagógico em Educação Física no Programa SEDUC em Ação – (Portal Net Escola), indica que no que se refere ao panorama do uso de audiovisuais para fins educativos, a caracterização das aulas de Educação Física se dá como aulas do tipo de semiformação em vez de formação dos sujeitos.

O Ensino Remoto evidencia o retorno a um trabalho pedagógico linear, que nega a transversalidade e o princípio da síntese questionadora, pressuposto da Educação Física compreendida a partir da matriz histórico-cultural. Assim, devemos nos atentar para os próximos caminhos da Educação Física em contexto pós-pandêmico, como isso influenciará na sua prática pedagógica ou em seu campo de atuação? Uma vez que, certos discursos estão legitimando a Educação a Distância como possibilidade de vir a tê-la mesmo em um contexto normal, onde a Educação Física não se isenta e nos vemos no embate de defender a mesma contra os empresários da Educação que estão usando o argumento do ensino remoto para legitimar a transformação de muitos cursos, inclusive de Educação Física em modalidades semipresenciais ou até mesmo remotas e como já constatamos a Educação Física por suas particularidades não se permite na perspectiva do Ensino Remoto.

Embora, se reconheça como boas as estratégias adotadas pelo Governo do Estado de Goiás para assegurar educação formal, mesmo em um contexto de pandemia, não se pode deixar de analisar e refletir sobre os impactos desse processo para a Educação Física, que está longe do que vem a ser a mesma no dito chão da escola.

Por fim, entender como se deu esse ensino por meio de plataformas digitais nos chama a atenção para percebermos que a educação de certa maneira com o ensino remoto perdeu suas qualidades, principalmente, na parte do trabalho pedagógico trazendo à tona questões que foram tratadas a décadas por grandes autores da Educação. Ademais, para os próximos momentos que virão, a pesquisa pode servir como ponto de partida para outros estudos que surgirão sobre a Educação Física escolar em um período pós-pandêmico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO *et al.* Concepções de educação e de educação física: o que pensam os (as) professores (as) das instituições de ensino superior do Maranhão. **In: Anais do XIX Congresso brasileiro de ciências do esporte – CONBRACE**, ES, p.1-16, 2015.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BARNI; SCHNEIDER. **A Educação Física no Ensino Médio: Relevante ou Irrelevante?** Ago-Dez, 2003. Instituto Catarinense de Pós-Graduação, ICPG.
- BASTOS, Robson dos Santos et al. Reforma do Ensino Médio e a Educação Física: um abismo para o futuro. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 38-52, setembro/2017.
- BET, David Silva, ZUIN, Antônio Álvaro Soares. A produção de televisão educativa digital: o salto para o futuro à luz da teoria crítica. **Cadernos de Educação**. Edição 06, p.88-106, 2017.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos cedes**, v. 19, n. 49, p. 69-88, 1999.
- BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo...capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. 7(2), p. 62-68. 1986.
- BRACHT, Valter. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da educação física como componente curricular. In: CAPARROZ, F. E. (Org). **Educação Física Escolar: Política, investigação e intervenção**. Vitória: Proteoria, 2001, p. 67-80.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**.
- BRASIL. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2012.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CANDAU, V. M. **Rumo a uma nova didática**. Rio: Vozes, 1988.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.
- CASTELLANI FILHO, Lino. Pelos meandros da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, 4. Ed. Papyrus: Campinas, 1994, p.101-124.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DIRETRIZES NACIONAIS CURRICULARES. **Diretrizes nacionais curriculares para o ensino médio**. Resolução CNE/CEB 3/2018. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 21-24, 22 de novembro de 2018.

DUARTE, Cláudio Roberto. **Manifesto contra o trabalho**. 1999, p.1-60.

FERNANDES *et al.* A profissionalização do ensino de 2º grau com base no corpo normativo editado no período do regime militar. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 29, n.1, p. 42-58, jan. /abr. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

FREITAS, Luis Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e didática. **Tese de Livre Docência**. Faculdade de Educação – UNICAMP. 1994.

FRIZZO, Giovanni. **Trabalho pedagógico: conceito central no trato do conhecimento da pesquisa em educação**. Ano 6, n. 6, p. 01-24, 2008.

GARIGLIO, José Ângelo *et al.* O “novo” ensino médio: implicações ao processo de legitimação da educação física. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 52, p. 53-70, setembro/2017.

GESTRADO. **Trabalho docente em tempos de pandemia**. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), p. 01-24, UFMG, jun. 2020.

GONÇALVES, Maria Augusta S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. São Paulo: Papirus, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Editora Civilização Brasileira, RJ, p.1-243), 1982.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo. In: **Caderno do Cárcere**. Vol.4. ed: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 241-282.

HORTA, José Silvério Baia. Educação na Itália fascista (1922-1945). **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 19, p. 47-89, jan. /abr. 2009.

JUSTO, Sandro de Mello. O corpo para o capital: revisitando a história da Educação Física no Brasil. **Dialogia**, São Paulo, n. 14, p. 77-88, 2011.

KAWAMURA, Lili. Educação tecnicista. In: **Novas tecnologias e educação**. São Paulo: Ática, 1990. p. 34-47.

KONDER, L. **O que é a Dialética**. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1981.

KUENZER, Acácia. **O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. 2000.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.

LEMOS, Fábio Ricardo Mizuno. Educação Física escolar, ensino médio: entre a legislação e a ação. **Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - Nº 130 - Marzo de 2009**.

LEMOS, F.R.M.; SOUZA, P.C.A.; LEMOS, F.R.M. Notas sobre os componentes curriculares Arte e Educação Física. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, v. 13, n. 123, ago. 2008.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p.254.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. 27º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 571 p.

MASCARENHAS, Fernando. Fundamentos filosóficos e sócio históricos da educação física. In: **Licenciatura em Educação Física**. Goiânia: Gráfica UFG/CIAR UFG, 2015.

MEC/SEF. **Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias** /Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEMTEC, 2006.

MOTTA, V. C. da; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (LEI nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. **Ensino médio no brasil: determinações históricas**. Publ. UEPG Ci. Hum, Ci. Soc. Apl. Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 15 (1) 77-87, jun. 2007.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Rev Bras Ciênc Esporte**. 2018; 40(3):215-223.

PCN. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

RAMOS, Marise Nogueira. **O Projeto Unitário de Ensino Médio sob os princípios do Trabalho, da Ciência e da Cultura**. Anped, Poço de Caldas, p.1-14, 2003.

ROSA, Viviane Tunes da; KRUG, Hugo Norberto. A Cultura Corporal na Educação Física Escolar. **Revista Digital - Buenos Aires** - Año 14 - Nº 139 - Diciembre de 2009

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11 eds. ver. 1ª reimpressão. Campinas-SP: Autores Associados, 2012

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 4. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 2001.

SOARES, Carmem Lúcia. A educação física no Brasil: saúde, higiene, raça e moral. In: **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, p. 70-133.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. 3a Edição. Campinas - SP: Autores Associados, 2004.

UNESCO: AUR, B. A. Integração entre o ensino médio e a educação profissional. In: REGATTIERI, M. e CASTRO, J.M. (orgs.) **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração**, Brasília: UNESCO, 2009

VENTURA, Paulo Roberto Veloso; BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro; RONCATO, Rodrigo M. A.; SCHIMIDT, Ademir. **Metodologia da investigação científica: um olhar a partir de pesquisadores da Educação Física**. 2015.